“Não podemos trair a confiança do povo”

“Mercado financeiro quer que o povo viva na miséria”, diz Lula

HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 4.075 18 a 24 de Novembro de 2026

“Jamais penalizar salário mínimo, trabalhadores e camada de baixa renda”

O presidente Lula afirmou, durante reunião com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, na segunda-feira (16), no encerramento de sua primeira viagem internacional após a reeleição, que o mercado financeiro deseja que a população empobrecida viva na miséria. Lula ponderou compreender a necessidade de ajustes econômicos para evitar retrocessos, mas ponderou que tais medidas jamais devem penalizar os trabalhadores, o salário mínimo ou as camadas de baixa renda. “Mas a direita não quer. O mercado financeiro não quer”, declarou o presidente. **Página 3**

Ricardo Stuckert



“Reduzir juros é a única saída”, reafirma André Lara Resende

“Reduzir os juros é a única saída. Foi o que propus: um programa de coordenação entre as políticas fiscal e monetária, que são indissociáveis, para levar a taxa básica de juros a um nível que garanta a estabilização da dívida em relação ao PIB. Se a taxa de juros da dívida for inferior ao crescimento do PIB, com o déficit primário contido, a relação dívida/PIB se estabilizará”, afirma o economista André Lara Resende, em seu novo artigo “Uma nota sobre a proposta de meta para os juros”. **Página 8**

Reprodução Instagram



PCdoB: “Povo quer mudanças, investimento, crescimento e fim do juro alto”

A Comissão Executiva Nacional do PCdoB divulgou nota analisando a nova proposta de ajuste fiscal, através do PLP 299/2026. Para o partido, “este PLP, além de não atacar as altas taxas de juros – o verdadeiro problema das contas públicas, também não cria as bases para que o investimento atinja e ultrapasse 20% do PIB”. Na foto, a presidente em exercício Nádia Campeão. **Pág. 3**

Milei empurra a Argentina para recessão e tem rejeição recorde

Dois bimestres seguidos de queda do PIB colocam a Argentina de Milei oficialmente em recessão. Mais de 32 mil empresas fechadas deixaram 42,4% dos argentinos abaixo da linha da pobreza. **Pág. 6**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

AFP



EUA vai de mal a pior. Trump apanhou no Irã, perdeu as eleições e não sabe até agora a causa do caos aéreo

Crise: EUA tem apagão bancário, após todos aeroportos pararem

Pouco mais de uma semana após um apagão global e problemas no controle de tráfego aéreo, os Estados Unidos voltaram a sofrer com instabilidades tecnológicas na segunda-feira (16). Desta vez, o setor aéreo e o sistema bancário foram os principais alvos de falhas generalizadas de sistemas, gerando atrasos em centenas de voos e dificuldades de acesso para clientes de instituições financeiras de peso, como JPMorgan Chase, Wells Fargo e Bank of America. O apagão bancário deixou milhares de clientes sem acessar contas, realizar pagamentos e concluir transferências. Entidades denunciam esvaziamento do órgão criado após a crise financeira de 2008 para fiscalizar instituições e “proteger os consumidores contra abusos, fraudes e práticas discriminatórias”. **Página 7**

“Urgência” do ajuste fiscal é mentira todos os dias espalhada pela Faria Lima

Cada vez que se liga a TV ou se abre um jornal no Brasil, o assunto é o mesmo. Em uníssono, os locutores e “analistas” repetem: “o governo tem que cortar os gastos primários porque a dívida pública está fora de controle”. A afirmação de que a dívida está fora de controle e que isso é por conta dos gastos primários é mentirosa. E ela é uma mentira repetida insistentemente, dia e noite. **Pág. 2**

As gravíssimas consequências do ajuste fiscal

O ajuste fiscal (Projeto de Lei Complementar 299), em discussão no Congresso, e já aprovado no Senado, pretende, em princípio, cortar 80 bilhões de reais do Orçamento. Ele reduz o teto de gastos do governo de 2,5% para 2% acima da inflação. Também muda a meta fiscal: o governo ficará obrigado a contingenciar despesas se o resultado ficar abaixo do centro da meta, e não abaixo do piso, como é hoje. **Pág. 3**

“O problema está no gasto com juro”, defende Nilson

Pág. 2

HP 18 A 24 DE NOVEMBRO DE 2026

A Faria Lima quer estelionato eleitoral

"O processo maravilhoso que nos levou a virar a correlação de forças em apenas 3 semanas do primeiro para o segundo turno pode servir de exemplo para os rumos a seguir"

PAULO KLIASS*

O atual debate em torno da suposta necessidade urgente de um ajuste fiscal vem a atender justamente à estratégia colocada em prática pelas elites dirigentes do financismo, desde que foi revelado o resultado das eleições de outubro passado. Como é de conhecimento público, o pessoal da bufunfa havia apostado todas as suas fichas na vitória de Flávio Bolsonaro na disputa presidencial. Reproduziram há pouco o mesmo comportamento de quatro anos atrás, quando haviam se jogado de mala e cuia na tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro. Em ambos os casos, suas opções de candidatura presidencial foram derrotadas por Lula. Mas os quadros da Faria Lima não desanimam jamais e jamais se deixam vencer fácil por qualquer dificuldade. Na segunda-feira após o último domingo de outubro de 2026, assim como fizeram em 2022, eles iniciaram um movimento que pretende, como se diz no popular, matar 3 coelhos com uma só cajadada. Senão, vejamos.

O primeiro alvo da estratégia dos endinheirados é sequestrar a agenda da política econômica do futuro governo. Isso pelo fato de que, apesar de ser uma transição de "Lula para Lula", as expectativas criadas ao longo da campanha eram de uma mudança de rumos e de métodos para Lula 4.0 em relação ao atual mandato, que se encerra agora em dezembro. Esse pessoal se antecipou e tem utilizado desde o início a capacidade de pressão sobre os grandes meios de comunicação e sobre as lideranças políticas dos conservadores de todos os tipos para impedir o surgimento de uma pauta progressista no Ministério da Fazenda e na área econômica de forma geral.

AJUSTE FISCAL: NEM URGENTE, NEM NECESSÁRIO

Assim, eles entopem as páginas impressas e os espaços virtuais com ameaças e alarmes contra o que acusam ser uma "gastança populista", um "populismo demagógico", uma "trajetória explosiva da dívida pública", um "nível preocupante do déficit fiscal primário", um patamar "inquietante da retomada de uma inflação descontrolada" e por aí vai. Ora, que eles se comportem dessa maneira é até compreensível – afinal, eles querem defender a todo custo seus privilégios com a continuidade de uma política econômica que, em sua essência, tem sido conservadora, monetarista e neoliberal. No entanto, o que impressiona de fato é que os responsáveis no governo pela condução das pautas prioritárias e alguns importantes dirigentes e lideranças supostamente de esquerda abracem também essa mesma narrativa e as mesmas soluções para uma crise que está sendo artificialmente criada.

O segundo alvo da refinada estratégia das classes dominantes é a tentativa de indicar indivíduos de sua confiança para ocupar cargos estratégicos no futuro governo. O movimento implica queimar nomes não considerados alinhados com seu diagnóstico, a exemplo do que tem sido feito com figuras como os economistas André Lara Resende, Paulo Nogueira Batista Jr , Pedro Paulo Zaluth Bastos e outros. Por outro lado, utilizam seus formadores de opinião na grande imprensa para tecer loas e boas a possíveis candidatos ao cargo de Ministro da Fazenda de seu agrado, como Rafael Fontelles. O governador reeleito de Piauí é muito próximo do pessoal do Insper, tem promovido diversos processos de privatização em seu estado de origem e conta com apoio de quadros de expressão do universo da finança. É um jovem bem apessoado, simpático, caiu nas graças de Lula e poderia muito bem substituir Fernando Haddad para levar em frente a tragédia dessa agenda social liberal que, infelizmente, tanto empolga essa nova geração de quadros do Partido dos Trabalhadores (PT).

Continua: https://horadopovo.com.br/a-faria-lima-quer-estelionato-eleitoral-por-paulo-kliass/

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.*

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

"Urgência do ajuste" é mentira diária espalhada pela Faria Lima



Foto: HP

Nilson: problema não está nos gastos com programas sociais

Problema não é da despesa primária, mas dos gastos com juros, por Nilson Araújo

"Não há corte de gasto primário capaz de compensar o crescimento da dívida alavancada por essa montanha de juros"

NILSON ARAÚJO DE SOUZA*

Os magnatas rentistas da Faria Lima perderam as eleições presidenciais de outubro, ao apostarem no candidato fascista, que foi se refugiar nos Estados Unidos para fugir dos vários processos que correm contra ele na Suprema Corte. Perderam as eleições, mas não perderam a pose. Imediatamente, saíram a campo, usando para isso seu poder econômico de pressão e cooptação e os serviços da mídia servil, para tentar impor ao candidato eleito no bojo da mais ampla mobilização de massa da nossa história, o presidente Lula, o "tesouraço" que havia se tornado a marca registrada do candidato derrotado e que visava cortar entre R$ 200 bilhões e R$250 bilhões (em torno de 1,5% do PIB) de gastos sociais a fim de gerar saldo nas contas públicas para pagar juros aos rentistas.

Uma espécie de Robin Hood às avessas: tirar do pobre para dar ao rico. O contrário do compromisso do Presidente Lula: "colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda". Está mais do que evidente para quem tem olhos para ver que o problema das contas públicas e, por conseguinte, da economia do país não está nas despesas primárias do governo, ou seja, investimentos, previdência, programas sociais, manutenção de despesas correntes com da máquina administrativa do governo.

O CERNE DO PROBLEMA FISCAL ESTÁ NO SERVIÇO DA DÍVIDA

Não é, portanto, o déficit primário – arrecadação menos despesa primária – que vem pressionando a dívida pública para cima, a qual, em sua relação com o PIB, cresceu 10 pontos percentuais neste terceiro governo Lula. Até porque o déficit primário está praticamente zerado. Esse problema foi trazido à baila pelo economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real e oriundo do campo doutrinário dos que pregam que o problema está no gasto público. Em palestra recente no CEBRI, ele admitiu que estava errado e que ficou feliz em descobrir isso.

Segundo ele demonstrou em artigo recente, intitulado Eu acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos: "hoje, o Brasil tem déficit primário de apenas 0,52% do PIB, mas paga impressionantes 8,99% do PIB em juros". O déficit orçamentário total, conhecido como déficit nominal, portanto, se deve fundamentalmente ao pagamento de juros. Isto porque "o Brasil tem a maior taxa real de juros entre 40 economias analisadas, com 9,49% ao ano". Enquanto isso, o déficit primário é dos menores do mundo. Diz ele: "peguei essas mesmas 40 economias e fui conferir seus resultados primários na base do FMI. Das 38 com dados comparáveis em 2025, nada menos que 29 tiveram resultados PIORES que o Brasil! (...) 3,9% nos EUA, 6,9% na China, 2,2% na Índia e 2,1% na Alemanha. E os juros reais? EUA: 0,46%. China: 0,21%. Índia: -0,09%. Alemanha: 0,31%. Brasil: 9,49%!".

Portanto, destaca ALR: "o cerne do problema fiscal está no serviço da dívida. Todo o resto é secundário. O custo médio da dívida chegou a 12,68% ao ano em junho deste ano. Sobre uma dívida bruta (DBGG) de R$ 10,9 trilhões, equivalente a 82,5% do PIB, significa um custo de R$ 1,4 trilhão, ou 10,5% do PIB ao ano. Mesmo sobre a dívida líquida, a conta de juros chega a 8,7% do PIB. Só com a conta de juros, sem contar um eventual déficit primário, a dívida bruta cresce 12,7% ao ano, enquanto o PIB nominal cresce cerca de 7% ao ano (menos de 3% em termos reais). A relação dívida/PIB cresce, portanto, a uma taxa aproximadamente igual à diferença entre as duas, algo em torno de 5,7% ao ano". Ou seja, a dívida cresce por motu próprio, propelida pela própria taxa de juros. Aí está o problema.

Além de explodir a dívida, afirma ele que a taxa de juros elevada "inviabiliza o crédito para a produção e o consumo, provoca o endividamento insustentável das famílias e das empresas e desestimula o investimento produtivo. Além disso, dado que a dívida pública está nas mãos da parcela mais rica da população, agrava a concentração de renda e riqueza".

Nessas condições, não há corte de gasto primário capaz de compensar o crescimento da dívida alavancada por essa montanha de juros. E qualquer corte terá efeito recessivo, ao retirar dinheiro da economia real para injetar na burra especulativa dos rentistas. E ainda mais num quadro em que o crescimento do PIB vem desacelerando: despois de crescer 3,1% em 2023 e 3,4% em 2024, só cresceu 2,3% em 2025 e 1,9% nos 12 meses encerrados em junho de 2026, tendo desacelerado mais ainda no segundo semestre deste ano.

Continua: https://horadopovo.com.br/problema-nao-e-da-despesa-primaria-mas-dos-gastos-com-juros-por-nilson-araujo/

***Nilson Araújo de Souza** é economista, professor da UNILA e autor do livro Economia Brasileira Contemporânea*

O que o presidente Lula quer é elevar os investimentos. E o que tem que ser feito neste sentido, e com urgência, é reduzir os juros do BC que são os maiores do mundo e estão sufocando o país

Cada vez que se liga a TV ou se abre um jornal no Brasil, o assunto é o mesmo. Em uníssono, os locutores e "analistas" repetem: "o governo tem que cortar os gastos primários porque a dívida pública está fora de controle".

Esta afirmação, e a cobrança por ajuste fiscal, é repetida no café da manhã, no almoço, no jantar e pela madrugada adentro.

MENTIRA SOBRE GASTOS

A constatação de que a dívida está fora de controle e que isso é por conta dos gastos primários é mentirosa. E ela é uma mentira repetida insistentemente, dia e noite. Parece aquela máxima de Joseph Goebbels – o auxiliar de Hitler – de que uma mentira repetida mil vezes viraria verdade.

Aliás, são duas mentiras que são repetidas diariamente, a de que a relação dívida PIB do país estaria a beira de estourar, e a de que a causa para isso seriam os gastos primários, ou seja, os gastos com a sociedade e com os investimentos.

Gastos primários são aqueles recursos do orçamento que atendem ao conjunto da sociedade, como Educação, Saúde, Segurança, investimentos, e outros, sem computar os gastos financeiros. Gastos financeiros são aqueles gastos com os serviços e juros da dívida pública. O economista André Lara Resende demonstrou que o Brasil está com as contas primárias equilibradas. Ou seja, não gasta com a sociedade mais do que arrecada. Portanto, não é aí que tem que cortar.

O governo não está gastando demais com a sociedade e elevando, por isso, a dívida pública, como é repetido pela mídia. Resende demostrou que o déficit primário do Brasil está quase zerado e é um dos menores do mundo. Então, claramente, nós estamos diante de uma farsa. Não é o gasto com a sociedade que faz a dívida crescer. Quem então está fazendo a dívida pública crescer?

A taxa de juros da dívida, definida pelo Banco Central, e que é maior do mundo, é o que está fazendo a dívida pública crescer como uma bola de neve no Brasil. Anualmente o governo é obrigado a pagar anualmente R$ 1,2 trilhão só de juros da dívida. Aumenta a dívida para pagar juros e a dívida segue crescendo num círculo vicioso completamente lesivo ao país.

JUROS SÃO O PROBLEMA

Portanto, a verdade é que são os juros os responsáveis pelo problema. Mas a Faria Lima e sua mídia não dizem isso. Eles escondem este fato e culpam os gastos primários, que são exatamente os gastos que estão equilibrados. Fazem isso para esconder onde tem que haver cortes. E são os juros que precisam ser reduzidos.

Só que as pessoas que vivem penduradas nos juros dos títulos públicos são poderosas. Eles não produzem nada e ganham bilhões do orçamento através da remuneração dos títulos públicos que eles detém. Atualmente há uma jogatina frenética com esses títulos. Os bancos são os intermediários dessa jogatina e controlam os meios de comunicação do país.

É por isso que só se ouve e se lê o que eles querem, ou seja, que há urgência nos cortes sobre o povo e não sobre os juros. E eles querem cortar da Previdência, da Educação, da Saúde e do salário mínimo para poderem seguir enriquecendo com os juros altos.

E, mais. A dívida não está a beira de estourar como se alardeia. Ela é pressionada pelos juros altos que o BC impõe ao país, mas está longe de estar fora de controle. O Brasil aparece em 22º lugar, com uma relação dívida PIB de 82,9%, atrás dos EUA, com 123%; do Japão, com 249 %; de Singapura, com 171%; da China, com 99,2%; do Reino Unido, com 94,3%, só para dar alguns exemplos. Nenhum desses países está a beira de estourar.

LÓGICA PERVERSA

Lara Resende destaca ainda que a dívida pública brasileira é toda em moeda nacional, então, em tese, ela não apresenta risco de sofrer um default. Ou seja, não há risco de não pagamento. Portanto, não se justificam os juros lunáticos praticados no Brasil com o pretexto de risco aos credores. Até porque, os países citados, com a relação dívida PIB muito maiores do que o Brasil, têm juros muito menores do que os praticados no país.

Esta lógica de juros altos e restrições aos investimentos tem impedido o Brasil de se desenvolver. As barreiras aos investimentos públicos e privados, impostas por esta política fiscal contracionista e juros altos, têm provocado a desindustrialização, a deterioração dos serviços públicos e a estagnação do país.

É uma lógica absurda e que é sustentada numa mentira. O país precisa sair disso. O presidente Lula quer ampliar os investimentos e acelerar o crescimento. Para isso, há que se mudar esta política perversa. Os investimentos em infraestrutura têm que estar fora das limitações do arcabouço fiscal e os juros têm que baixar. O país precisa crescer. Personalidades, como André Lara Resende e partidos, como o PCdoB, estão apresentando sugestões neste sentido.

O Brasil não pode permanecer preso na agiotagem e na chantagem da Faria Lima. Essas amarras e cortes no orçamento, que foram incorporados ao programa do candidato derrotado, receberam o repúdio da população. É preciso desmascarar essa mentira, de que há necessidades urgentes de ajustes fiscais, e viabilizar uma outra política, que permita o salto de qualidade no desenvolvimento, defendido durante a campanha pelo presidente Lula.

SÉRGIO CRUZ

Juros altos desaceleram economia, aponta IBC-Br

A atividade econômica caiu 0,2% em setembro em relação a agosto. A Indústria caiu 0,4% e Serviços retraiu 0,1%, aponta IBC-Br. No 3º trimestre do ano a queda é de 0,9%

A atividade econômica do país caiu -0,2% em setembro deste ano em relação a agosto, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), pressionada pela taxa básica de juros em patamar elevado, hoje em 13,75% ao ano. Em termos reais, quando descontada a inflação, o Brasil tem o maior juro do planeta.

No trimestre encerrado em setembro de 2026, o IBC-Br apresentou queda de 0,9% ante o trimestre terminado em junho de 2026. O IBC-Br é considerado uma "prévia" para o Produto Interno Bruto (PIB), calculado e divulgado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB é a soma do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

A agiotagem dos bancos está asfixiando o crescimento dos principais setores econômicos do país. De acordo com o IBC-Br, a indústria recuou -0,4% ante agosto e, no trimestre até setembro, acumula queda de -1,1%. Já o setor de serviços assinala queda de -0,1% e retração de -0,5%, respectivamente.

Números do IBGE apontam que a produção industrial brasileira caiu -0,8% em setembro deste ano, registrando o segundo mês consecutivo de queda (-0,7% em agosto), após estagnação em julho (0%).

De um ano para o outro, a indústria viu sua produção recuar -2,5% na base anual.

Olhando para a indústria de transformação, ramo que responde por mais de 80% do total da indústria brasileira, a produção diminuiu -1,3% em setembro ante o mês imediatamente anterior.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, destaca que a indústria de transformação "acusou variação positiva em apenas um dos últimos seis trimestres", ao atrelar o baixo desempenho do setor à "conjuntura de taxas de juros elevadas e endividamento de empresas e famílias".

Na comparação com o trimestre de julho a setembro de 2015, a produção da indústria de transformação cedeu -2,2%.

Leia mais: https://horadopovo.com.br/juros-altos-desaceleram-economia-segundo-bc/

Clube de Engenharia em carta a Lula defende redução dos juros

"O Brasil precisa colocar sua capacidade financeira a serviço da produção, da engenharia, da ciência e do trabalho. Desenvolver o país é uma prioridade nacional", afirma Francis Bogossian, presidente da instituição

O Clube de Engenharia do Brasil encaminhou uma carta aberta ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em que manifesta preocupação com a manutenção dos juros básicos em patamares elevados. A entidade defende destaca os impactos negativos do crédito caro sobre os investimentos produtivos, a geração de empregos, a reindustrialização e a capacidade de financiamento do Estado.

A instituição ressalta que o desenvolvimento nacional exige condições favoráveis ao fortalecimento da indústria, da infraestrutura, da ciência, da tecnologia e da inovação, além de políticas de crédito que apoiem iniciativas como a Nova Indústria Brasil.

Leia a íntegra da carta do Club de Engenharia no site do HP: https://horadopovo.com.br/clube-de-engenharia-em-carta-a-lula-defende-reducao-dos-juros/

Agência Senado



Senado Federal, onde o PLP 299 tramita

As gravíssimas consequências do ajuste fiscal

O ajuste fiscal (Projeto de Lei Complementar 299), em discussão no Congresso Nacional, e já aprovado no Senado, pretende, em princípio, cortar 80 bilhões de reais do Orçamento.

Estranhamente, nada disso, nada do que ele significa, foi discutido nem aprovado nas eleições. Pelo contrário. Os milhões que se mobilizaram para derrotar o fascismo e reeleger Lula, estavam impulsionados pela perspectiva de desenvolver e construir um novo Brasil.

No entanto, o projeto de ajuste fiscal, enviado pelo governo ao Congresso, reduz o teto de gastos do governo de 2,5% para 2% acima da inflação.

O projeto muda a meta fiscal. Até agora, pelo atual arcabouço, o governo somente é obrigado a contingenciar despesas, se o resultado fiscal ficar abaixo do piso.

No projeto, o governo é obrigado a contingenciar despesas se o resultado ficar abaixo do centro da meta.

Se houver contingenciamento – e, com a mudança da meta, é evidente que haverá contingenciamento – o teto de gastos é reduzido de 2,5% para 2% acima da inflação.

A consequência imediata seria tornar impossíveis os investimentos públicos.

Para que essa aberração?

Para contemplar os interesses dos rentistas?

Diga-se de passagem, o déficit primário Brasil é 0,5% do PIB, um dos menores do mundo.

É, portanto, irrelevante, tornando desnecessário qualquer ajuste fiscal.

A consequência do pacote enviado, será a queda drástica do investimento líquido do governo, isto é, descontada a depreciação, a queda do gasto na aquisição de máquinas, equipamentos e demais infraestruturas.

Tal medida vai, exatamente, na contramão de um programa robusto de desenvolvimento.

Em 2025, o investimento líquido foi de 0,24% do PIB.

Já é muitíssimo baixo.

Com o pacote de ajuste fiscal, será, possivelmente, negativo.

Ou seja,o Brasil passará o vexame de ter que vender ativos para cumprir seus compromissos.

Porém, não é tudo. Com o pacote de ajuste fiscal, o governo federal poderá ter que reduzir a obrigação de gastos mínimos com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com a Educação em até 20 bilhões de reais, porque o PLC exclui as receitas extraordinárias de royalties e do Imposto de exportação do petróleo da base de cálculo desses fundos constitucionais, até 2030.

Por fim, a proposta é lustrada com um corte linear na desoneração de incentivos fiscais para empresas, com a finalidade de cobrir os gastos extras com a ampliação dos programas sociais, comprometidos na campanha eleitoral.

Quanto às despesas com juros – cerca de 8% do PIB, por volta de 1,1 trilhão de reais, esterilizados nas burras de alguns poucos rentistas – nenhuma palavra.

O povo brasileiro, numa mobilização espetacular e emocionante, está tomando os destinos do país em suas mãos: virou a eleição, nas ruas e nas redes sociais, em repúdio ao farsante, miliciano e capacho dos EUA, o ladrão do Flávio Bolsonaro.

Com Lula na cabeça, em seu quarto mandato, os brasileiros vão fazer por onde retirar o Brasil da dependência do capital estrangeiro, dos bancos e do fascismo.

E que o Brasil seja dos brasileiros.

CARLOS PEREIRA

Condenação de Bolsonaro a 27 anos de prisão deve ser mantida, defende PGR

A Procuradoria-Geral da República defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeite o segundo pedido de revisão criminal apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e três 3 de prisão por liderar a tentativa de golpe de Estado.

Em parecer encaminhado quinta-feira (12) ao ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sustentou que os advogados não apresentaram elementos novos capazes de justificar a reabertura da discussão sobre a condenação no Supremo.

Para Gonet, a defesa tenta rediscutir questões que já foram examinadas e rejeitadas pela Primeira Turma do Supremo. O procurador-geral também contestou as alegações de irregularidades na coleta e preservação de provas digitais, além de suposto cerceamento do direito de defesa.

"Mercado financeiro quer que o povo viva na miséria", diz Lula

Reprodução



Presidente afirma que é para o povo que deve governar, para os mais necessitados

Declaração foi feita na Espanha, em encontro com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. Foi também lá que o presidente fez um discurso histórico em abril no contra o neoliberalismo

O presidente Lula afirmou, durante reunião com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, na segunda-feira (16), no encerramento de sua primeira viagem internacional após a reeleição, que o mercado financeiro deseja que a população empobrecida viva na miséria.

Lula ponderou compreender a necessidade de ajustes econômicos para evitar retrocessos, mas ponderou que tais medidas jamais devem penalizar os trabalhadores, o salário mínimo ou as camadas de baixa renda.

A direita e os operadores financeiros, contudo, opõem-se a esse direcionamento. "Mas a direita não quer. O mercado financeiro não quer. O mercado financeiro quer que o povo pobre viva na miséria", declarou o presidente.

Segundo o presidente, a valorização do salário mínimo acima da inflação ocorre apenas em gestões comprometidas com a repartição da riqueza gerada pelo Produto Interno Bruto.

Lula assegurou que nenhum ator político ou econômico o forçará a tomar decisões desfavoráveis aos necessitados.

"Porque foi o povo que me elegeu na primeira vez, elegeu a Dilma e me elegeu outra vez. Ou seja, é para ele que eu tenho que governar. Então, nós temos que dizer que a gente governa para todo mundo, mas nós temos um lado. E o lado é o povo mais necessitado, é o povo mais carente, é o povo trabalhador, são as mulheres, são os aposentados. É isso. Se a gente disser isso, o povo vai compreender", pontuou o presidente.

A reunião com o primeiro-ministro ocorre nas vésperas das eleições parlamentares marcadas para o dia 29 de novembro. O líder do Partido Socialista Operário espanhol enfrenta um pleito acirrado, no qual a direita lidera as pesquisas de intenção de voto.

As conversas entre os dois líderes destacaram a urgência de fortalecer as instituições democráticas e consolidar uma frente internacional progressista diante do avanço da extrema direita. O diálogo marcou o desfecho da agenda oficial de Lula em solo espanhol, onde tratou de temas econômicos e da cooperação bilateral entre os governos.

Em abril de 2026, Lula fez um discurso histórico em Barcelona, durante a 1ª Mobilização Progressista Global e o Fórum em Defesa da Democracia. Nesta ocasião, o presidente já alertava para as pressões exercidas pelo mercado para que os governos progressistas não cumprissem suas promessas.

Seguem aqui alguns trechos deste discurso histórico de Lula na Espanha.

(...) "A esquerda progressista foi vítima do discurso do Consenso de Washington. Muita gente nova aqui não se lembra, mas quem tem 80 anos, como eu, se lembra, porque já tinha bons anos nos anos 80. E eu agora fico analisando o que é que está acontecendo no mundo." (...)

E segue na crítica:

(...) "O projeto neoliberal prometeu prosperidade e entregou fome, desigualdade e insegurança." (...)

E na sequência, como se fizesse uma autocrítica:

(...) "Governos de esquerda ganham as eleições com discurso de esquerda e praticam a austeridade. Abrem mão de políticas públicas em nome da governabilidade. Nós nos tornamos o sistema." (...)

E ele segue:

(...) "O primeiro mandamento para os progressistas tem que ser a coerência. Não podemos nos eleger com um programa e implementar outro. Não podemos trair a confiança do povo." (...)

A seguir, Lula reconhece as frustrações que foram sendo causadas na população pelos diferentes governos de esquerda:

(...) "Mas o progressismo não conseguiu superar o pensamento econômico dominante." (...)

(...) "Ainda assim, nós sucumbimos à ortodoxia" (....)

(...) "Temos sido os gerentes das mazelas do neoliberalismo. " (...)

E, numa crítica contundente ao neoliberalismo, Lula disse:

(...) "E a gente vai ficando com medo e a gente vai tentando agradar o mercado, a gente vai tentando agradar o empresário, e o que acontece é que nós vamos ficando desmoralizados." (...)

E Lula avança em seu diagnóstico.

(...) "A extrema direita soube capitalizar o mal-estar das promessas não cumpridas do neoliberalismo. " (...)

(...) "Eles querem que as pessoas acreditem que qualquer um pode chegar lá. Alimentam a falácia da meritocracia." (...)

(...) "A população quer "(...) Um trabalho digno, com jornada de trabalho equilibrada. Um salário que permita uma vida confortável." (...)

PCdoB: povo quer mudanças: investimento, crescimento e o fim do juro alto no país

A Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) divulgou nota em que analisa e critica a nova proposta de ajuste fiscal, através do PLP 299/2026.

A legenda aponta que "este PLP, além de não atacar as altas taxas de juros – o verdadeiro problema das contas públicas, também não cria as bases para que o investimento atinja e ultrapasse 20% do PIB, medida crucial defendida pelo presidente Lula em recente pronunciamento".

"O quarto Governo Lula, ungido pelas ruas e redes sociais, tem o desafio histórico de superar o modelo que tem impedido a reindustrialização, o desenvolvimento e a construção de um Brasil soberano em bases sólidas. Os comunistas se empenharão junto com as demais forças patrióticas e populares para que avance a realização das reformas estruturais, entre elas a do Sistema Financeiro, para que o país enfrente e supere as imposições do capital financeiro e do rentismo", propõe o PCdoB.

Leia trechos do documento:

Política Macroeconômica deve abrir caminho para o desenvolvimento e refletir a exigência da população por mudanças

A histórica reeleição do presidente Lula, embalada por gigantescas manifestações populares nas ruas e nas redes, derrotou uma explícita agenda de ajuste fiscal, o chamado "tesouraço bolsonarista", e mandou um claro recado sobre a necessidade de mudanças de rumo da política macroeconômica que ampliou o endividamento das famílias e empresas, reduziu o crescimento e estrangulou a mobilidade social. Entretanto, o governo federal apresentou no dia 11 de novembro uma nova proposta de ajuste fiscal (PLP 299/2026).

O PLP 299/2026 NÃO ATACA A CAUSA DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO, REDUZ O INVESTIMENTO COMPROMETE O DESENVOLVIMENTO

A proposta de ajuste fiscal vai além de cortes de despesas, é uma alteração relevante no arcabouço fiscal (Lei Complementar nº 200/2023) que agrava os mecanismos de restrição aos investimentos públicos. O país precisa superar este modelo. A proposta foi aprovada no Senado no dia seguinte à sua apresentação e já tramita na Câmara dos Deputados. Uma questão dessa magnitude deveria ter sido discutida com a sociedade.

Este PLP, além de não atacar as altas taxas de juros – o verdadeiro problema das contas públicas, também não cria as bases para que o investimento atinja e ultrapasse 20% do PIB, medida crucial defendida pelo presidente Lula em recente pronunciamento. Seu conteúdo preserva os pisos constitucionais de Saúde e Educação e a vinculação do piso da aposentadoria e do BPC ao salário mínimo. Porém o ajuste não cria solução duradoura que proteja essas conquistas e mantém o modelo esgotado de pressão por cortes de despesas e compressão do investimento público. Alterá-lo é condição indispensável para a continuidade do projeto progressista.

O PLP 299/2026 promove duas mudanças estruturantes. A primeira reduz a margem de manobra do governo diante de variações na receita. Hoje, a meta de resultado primário da LDO (0,5% do PIB em 2027) admite tolerância de 0,25% para mais ou para menos e a contenção de despesas só ocorre se a previsão bimestral de resultado primário ficar abaixo do piso dessa margem. Contudo, a proposta permite contingenciar sempre que a previsão ficar abaixo do centro da meta, criando um viés de mais contingenciamentos. Em consequência, quando a economia crescer menos e arrecadar menos, o governo, em vez de ampliar gastos para estimular o crescimento e proteger a renda e o emprego, poderá aprofundar o menor crescimento ao retirar recursos de circulação.

A segunda mudança reduz de 2,5% para 2% do PIB o teto de crescimento das despesas acima da inflação sempre que ocorrerem as contenções de despesas previstas pela primeira mudança. Como estas se tornam muito mais prováveis, o mesmo tende a ocorrer com a redução do teto para 2%, o que prejudica o crescimento econômico e o bem-estar da população. Igualmente relevante, o já baixíssimo investimento do governo federal tende a sofrer cortes ainda maiores e a garantia mínima de crescimento real dos gastos sociais e do investimento público alcançada com o arcabouço seria parcialmente revertida. O cumprimento do arcabouço fica ainda mais difícil, ampliando a pressão do mercado financeiro por novas reduções de direitos sociais e pela manutenção da taxa Selic muito elevada.

Três outras mudanças alteram a forma de calcular e usar recursos de áreas estratégicas. Em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o projeto permite destinar parte dos recursos a bolsas de estudo e pesquisa no ensino superior. O fundo deixa de financiar apenas projetos e passa a arcar com custeio, que deveria estar garantido sem comprometê-lo. Na Saúde, mantém-se o piso de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas exclui-se da base de cálculo, até 2030, a receita do imposto sobre exportação de petróleo bruto, o que faz o piso crescer menos. A justificativa é de que essa receita é extraordinária em função da guerra dos EUA contra o Irã e não deveria sustentar despesas permanentes. Porém, melhor seria vinculá-la a investimentos em saúde, que não são despesa permanente, como equipar hospitais.

A terceira mudança refere-se ao investimento público. O projeto permite ampliá-lo nos anos seguintes, mas de forma frágil e dependente de cortes prévios. Se houver contingenciamento ao longo do exercício e se o resultado primário, ao final, ficar acima do piso da margem de tolerância, parte do excedente poderá ir para "investimentos estruturantes", porém somente até o limite da meta de resultado primário. Ou seja, não há garantia real de mais investimento e no conjunto o efeito é de contenção de investimento. Assim, o investimento público segue refém de condições fiscais desnecessariamente restritivas. Isso é o oposto do necessário para alcançar a meta de mais de 20% do PIB em investimento defendida pelo presidente Lula.

O BRASIL E O POVO PRECISAM DE OUTRO CAMINHO

Propomos outro caminho. No gasto social, uma regra de crescimento das despesas ajustada aos diferentes perfis de gastos, que considere, por exemplo, a mudança demográfica e não ameace os direitos constitucionais que reduzem a desigualdade. A regra fiscal deve ser compatível com os pisos de Saúde e Educação e com o crescimento dos os gastos da Previdência. No investimento a regra atual prevê crescimento acima da inflação de, no mínimo, 0,6% do PIB ao ano (cerca de R$ 89 bilhões em 2027), mas durante a execução orçamentária, fica sujeito ao teto geral (máximo de 2,5% do PIB, que pode se tornar 2%) e à meta de resultado primário (0,5% do PIB na PLOA 2027). Assim, o investimento efetivo pode ficar abaixo desse piso se for preciso cortar despesa discricionária. E é isso que tem ocorrido na prática.

Desde 2015, o investimento líquido do governo federal é negativo. O arcabouço não alterou esse quadro e isso precisa mudar urgentemente. O investimento de estados e municípios (não sujeitos ao arcabouço) recuperou-se consideravelmente, mas o do governo federal segue nos menores valores desde o teto de gastos. Entre 2010 e 2014, período de maior investimento bruto federal, o percentual ficou em torno de 0,8% do PIB; em 2024, foi de apenas 0,24%. É inconcebível que o investimento seja tratado com a mesma regra que os gastos de custeio. A regra deve mudar para que o investimento público cresça o necessário para a economia voltar a crescer de 4% a 5% ao ano.

(Integra do documento em www.hora do povo. com.br)

Deputado federal eleito Elias Jabbour comenta nota do PCdoB sobre o PLP 299

O deputado eleito pelo PCdoB do Rio de Janeiro, Elias Jabbour, apresentou, num vídeo divulgado na segunda-feira (16) em suas redes sociais, os seus comentários sobre a nota de seu partido analisando o PLP 299 de 2026.

Reprodução



Deputado Elias Jabbour (PCdoB)

Jabbour afirma que o partido procurou fazer um estudo sério sobre o momento e sobre a proposta apresentada pelo governo. Ele destacou que o PCdoB não está atrás de engajamento nas redes, mas sim preocupado em colaborar da melhor forma possível para que o governo Lula seja exitoso.

O deputado apontou os pontos que considera negativos, como a redução do limite de gastos, de 2,5% para 2% acima da inflação, e os contingenciamentos, no caso de não se atingir o centro da meta fiscal. Ele apontou também os pontos que considera positivos. Elias destacou como pontos positivos no projeto, o fato de ficarem intactos os pisos constitucionais da saúde e educação e o enfrentamento das isenções tributárias e dos supersalários.

Elias Jabbour considera importante também que o governo possua instrumentos que possam ser usados para ações anticíclicas nos momentos de desaceleração da economia, como os atuais. Ele considera que o PLP não ajuda nesta questão.

12ª Mostra Mosfilm abre com homenagem a Yuri Gagarin

Exibição de "O Voo Espacial" marcou a abertura do evento com recorde de público, que celebra o principal estúdio do cinema soviético e russo. Mostra na Cinemateca vai até o dia 22 de novembro



César Ogata

Deputado Maurici, Luna Martins, Valério Bemfica e Elias Zakharov durante a abertura da Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo

A 12ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo começou na noite desta quarta-feira (11), na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, com recorde de público. A sessão de abertura, com a exibição de O Voo Espacial, de Vassily Zhuravlyov, lotou duas salas da instituição e reuniu o maior público já registrado em uma edição da mostra.

A expressiva presença do público foi celebrada pelos organizadores durante a cerimônia de abertura, promovida pela presidente da UMES, Luna Martins, que contou com a participação de Elias Zakharov, diretor da Casa Russa; do deputado estadual Maurici (PT); e de Valério Bemfica, presidente do Centro Popular de Cultura da UMES (CPC-UMES), responsável pela realização do evento.

"A Mostra Mosfilm é uma oportunidade de aproximar o público brasileiro de uma cinematografia extraordinária, que reúne obras de grande valor artístico, histórico e cultural. O cinema soviético e russo tem uma história riquíssima, com diretores, atores e produções que marcaram a história mundial da sétima arte, mas que ainda precisam ser mais conhecidos no Brasil", avaliou Luna Martins, presidente da UMES.

"Para nós, da UMES, é especialmente importante que a juventude tenha acesso a esse patrimônio cultural. O cinema é também uma ferramenta de formação, conhecimento e reflexão. Queremos que os estudantes conheçam outras culturas, outras experiências históricas e diferentes formas de enxergar o mundo. A presença de tantos jovens e a Cinemateca lotada nesta abertura mostram que existe interesse e que precisamos ampliar cada vez mais essas iniciativas", destacou.

Em sua saudação, Elias Zakharov destacou a aproximação entre as culturas brasileira e russa e relembrou sua relação com o cinema nacional. Ele contou que seu primeiro contato com a produção audiovisual brasileira ocorreu ainda na infância, por meio da novela "O Clone", que acompanhava com a avó e que foi traduzida para o russo.

O diretor da Casa Russa também recordou sua participação, em 2018, na equipe do Ministério dos Negócios Estrangeiros responsável pela ratificação do acordo entre Brasil e Rússia para a coprodução e filmagem de projetos audiovisuais. Segundo ele, o interesse pelo Brasil tem crescido na Rússia, com a realização de filmes e documentários sobre a natureza, a cultura e a vida no país.

Zakarov saudou a parceria com o CPC-UMES Filmes e a Cinemateca Brasileira e manifestou seu desejo de que o público brasileiro aproveite a programação da mostra.

O deputado Maurici, autor da emenda parlamentar que permitiu a realização da Mostra, ressaltou a trajetória de 12 anos da iniciativa e a satisfação de ver a Cinemateca cheia de pessoas interessadas no cinema e na cultura russa e soviética. Ele também destacou a importância de estreitar os laços culturais entre os povos, especialmente diante da construção de um mundo multipolar.

Valério Bemfica prestou homenagem aos dirigentes e ativistas da UMES presentes à cerimônia e saudou a presidente da entidade, Luna Martins, lembrando que a organização completa 42 anos de existência.

"À UMES, que atuou pelo impeachment de Collor, na luta contra as privatizações e desenvolve um potente trabalho cultural através do seu Centro Popular de Cultura e, há 12 anos, realiza esta mostra de cinema. Na pessoa da Luna Martins, nossa atual presidente, quero dar os parabéns, pois hoje a UMES completa 42 anos de vida. Espero que esta edição seja mais uma vitória para nós".

"Quero também agradecer a presença do meu amigo Carlos Lopes, diretor de redação do Jornal Hora do Povo, grande apoiador da mostra e vice-presidente nacional do PCdoB. Agradeço à Tamara Dimitrov, ao Grupo Volga, ao Elias Zakharov (diretor da Casa Russa) e ao maestro Marcus Vinicius, diretor da gravadora CPC-UMES".

"Ressalto também os parceiros de sempre: a Mosfilm, a Cinemateca Brasileira — esta casa que sempre nos acolhe e que, nos tempos do negacionismo bolsonarista, foi vítima de boicotes cruéis e quase foi destruída, mas que os heróis da Cinemateca conseguiram manter funcionando. É uma alegria ver esta casa cheia", ressaltou.

Valério também agradeceu o apoio do deputado Maurici, da Mosfilm, da Casa Russa e da Cinemateca Brasileira, além dos demais parceiros envolvidos na realização do festival.

CINEMA, HISTÓRIA E CORRIDA ESPACIAL

A edição deste ano tem como um de seus eixos os 65 anos do primeiro voo espacial tripulado, realizado por Yuri Gagarin em 1961. A escolha do tema foi destacada por Valério Bemfica, que chamou a atenção para a diferença entre o espírito de exploração científica daquele período e a atual disputa comercial e militar pelo espaço.

"Achamos que lembrar aquela data era um bom mote para o festival, resgatando um tempo mais poético da disputa espacial", afirmou.

Além de O Voo Espacial, a mostra apresenta Domando o Fogo (1972), de Daniil Khrabrovitsky, que retrata o desenvolvimento do programa espacial soviético.

Outro destaque é a celebração dos 60 anos de Andrei Rublev (1966), de Andrei Tarkovsky. O clássico terá uma exibição especial ao ar livre, em cópia restaurada em 4K, na área externa da Cinemateca.

A seleção reúne ainda obras de importantes realizadores do cinema soviético, como Serguei Eisenstein, Serguei Bondarchuk e Mikhail Romm. Entre os títulos estão O Velho e o Novo (1929), A Última Noite (1936), Número 217 (1944), Poema do Mar (1958), Sinos Vermelhos (1982), Os Irmãos Karamazov (1968) e Kin-Dza-Dza! (1986), além de Venenos, ou a História Mundial do Envenenamento (2001).

O presidente do Mosfilm, Karen Shaknazarov, enviou uma mensagem de agradecimento ao CPC-UMES pela parceria fundamental para a divulgação do cinema russo no Brasil. Em um vídeo que foi exibido aos presentes antes do filme, o diretor de cinema destacou os anos de parceria com a entidade estudantil de São Paulo, que possibilita a realização do evento.

Ele antecipou ainda que o Mosfilm produz atualmente duas novas obras que poderão ser assistidas pelo público brasileiro em breve. Uma delas, segundo Shaknazarov, é uma biografia do líder soviético Josef Stalin, que retratará o início da 2ª Guerra Mundial.

A mostra retorna na quinta-feira (19) e segue até domingo (22), com novas sessões dos filmes selecionados. No sábado (21), um dos destaques será O Velho e o Novo, de Serguei Eisenstein, às 14h15, com trilha sonora executada ao vivo pela pianista e compositora Dudah Lopes.

Durante todo o período do evento, o público também poderá visitar a exposição de cartazes do cinema soviético e russo e a instalação Matryoshkas: Universos dentro do Universo.

Todas as sessões e atividades têm entrada gratuita. A programação completa está disponível no site oficial da 12ª Mostra Mosfilm.



Marcello Casal Jr

Cantora Leci Brandão celebrou 50 anos de carreira com álbum que foi premiado

Leci Brandão conquista Grammy Latino com álbum que celebra seus 50 anos de carreira

A sambista e deputada estadual Leci Brandão (PCdoB), venceu o Grammy Latino 2026 na categoria de Melhor Álbum de Samba/Pagode com "50 Anos de Carreira (Ao Vivo)". A premiação anunciou a vitória nesta quinta-feira (12), em Las Vegas, nos Estados Unidos. O evento chegou à 27ª edição.

Leci dedicou o reconhecimento a quem fez parte de sua trajetória. "Esse reconhecimento não é só meu: é do samba, dos compositores, dos músicos, das comunidades e de todas as pessoas que fizeram parte dessa caminhada", declarou.

O álbum reúne 14 faixas e tem participações de Xande de Pilares, Criolo e Pretinho da Serrinha. O repertório inclui "Sonho Meu", "Zé do Caroço" e "Deixa para Lá".

O disco revisita momentos da discografia da cantora e é distribuído mundialmente pela ONErpm. Há também interpretações de músicas associadas a Jorge Aragão, Elis Regina, Grupo Revelação e Fundo de Quintal.

Em 1972, Leci se tornou a primeira mulher a integrar a ala de compositores da Estação Primeira de Mangueira. Até então, o grupo era formado exclusivamente por homens.

A cantora tem cerca de 26 álbuns em mais de 50 anos de carreira. Ela também atua em defesa da cultura afro-brasileira, da igualdade e da representatividade.

OUTRAS PREMIAÇÕES

A cerimônia teve em cena diversos nomes da música brasileira, tanto entre os indicados quanto vencedores.

O destaque da noite foi a cantora Anitta – que, após 12 indicações, finalmente ganhou seu primeiro Grammy Latino. Ela levou o gramofone de ouro na categoria "Melhor Álbum de Pop Contemporâneo em Língua Portuguesa" com a obra "Equilibrivm", que reúne referências às religiões de matriz africana e culturas indígenas.

A lista de premiados brasileiros ainda contou com a magia musical dos artistas Criolo, Amaro Freitas e Dino d'Santiago. Os três levaram o prêmio na categoria "Melhor Álbum de Música Popular Brasileira ou Música Afro-Portuguesa-Brasileira", por um trabalho em conjunto.

Os músicos Urias e Johnny Hooker, estiveram entre os indicados ao Grammy Latino pela primeira vez. Urias levou o prêmio na categoria "Melhor Álbum de Rock ou de Música Alternativa em Língua Portuguesa", com a obra Carranca. Já o cantor Johnny Hooker venceu na categoria de "Melhor Canção em Língua Portuguesa", com a música "Viver e Morrer de Amor na América Latina", obra que assina em conjunto com Ney Matogrosso.

O rapper Emicida, a cantora sertaneja Lauana Prado, e a cantora gospel Eli Soares também foram premiados.

O cinema nacional também ganhou espaço na premiação, com a vitória da trilha sonora original do filme O Agente Secreto, de Kleber Mendonça Filho. A obra venceu na categoria "Melhor Álbum para Mídias Visuais".

Outro destaque foi o trio formado por João Gomes, Jota.pê e Mestrinho, vencedores na categoria "Melhor Álbum de Música de Raízes em Língua Portuguesa", com a obra "Dominguinho Vol. 2".

Apesar do brilho nacional, a maior vencedora da noite foi a espanhola Rosalía, que levou sete categorias, incluindo a principal: "Melhor Album do Ano", com a obra Lux.

Alckmin intensifica apoio contra incêndios no Pará e libera mais R$ 24 milhões

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, anunciou na sexta-feira (13) uma ajuda de R$ 24 milhões, além de pessoal e aeronaves para o combate aos incêndios que afetam a região. Alckmin exerce o cargo de presidente pelo fato de Lula estar cumprindo agenda internacional.

Atualmente em Manila, Lula participa da Cúpula da ASEAN e tem reuniões bilaterais com chefes de Estado. De lá, o presidente segue para Madri, na Espanha, em visita oficial.

Durante uma conversa com a governadora do Pará, Hana Ghassan, Geraldo Alckmin reafirmou o compromisso do Governo Federal em apoiar as ações de combate ao fogo, segundo uma nota divulgada pelo Palácio do Planalto. O Ministério do Meio Ambiente já está no Pará operando com mais de 600 profissionais mobilizados, 85 veículos operacionais e seis helicópteros.

O Governo do Pará decretou situação de emergência de nível 2 para mobilizar todos os órgãos estaduais no monitoramento do ar e combate aos incêndios. A medida ocorre após o estado registrar, segundo o Boletim de Queimadas, cerca de 2,8 mil focos de calor em 109 cidades entre 2 e 8 de novembro — principalmente em Portel, Uruará, Almeirim e Pacajá —, o que também motivou o envio de brigadistas para frentes prioritárias, como Santarém e o Baixo Amazonas.

Por determinação do presidente em exercício, foi estabelecida uma atuação integrada com o governo estadual, mobilizando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Defesa.

O Governo Federal informou que segue acompanhando a situação e permanece à disposição do estado e dos municípios afetados. Nas operações aéreas, uma aeronave KC-390 Millennium já realizou o lançamento de 20 mil litros de água na região do município de Santarém (PA).

Para otimizar as ações de combate aos incêndios, a aeronave deixará de operar a partir de Manaus (AM) e, nos próximos dias, passará a atuar diretamente a partir de Santarém.

No âmbito da assistência, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, já aprovou 34 planos de assistência humanitária, que totalizam R$ 24 milhões. O órgão segue analisando outras solicitações apresentadas pelo governo do estado e pelos municípios paraenses.

Ricardo Stuckert



Ato estudantil na Faria Lima

Estudantes repudiam chantagem do mercado contra Lula e defendem redução da taxa de juros

Estudantes, representantes de entidades do movimento estudantil e manifestantes ocuparam nesta terça-feira (17) a avenida Faria Lima, em São Paulo, para protestar contra os juros altos, a pressão do mercado financeiro sobre o governo Lula e pontos do PL do ajuste fiscal que prevêem cortes nos investimentos públicos.

A manifestação, convocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Municipal dos Estudantes de São Paulo (UMES) teve concentração em frente à escultura da "baleia", um dos símbolos da região que concentra bancos, gestoras de investimentos e grandes instituições financeiras do país.

Com a palavra de ordem "O mercado não manda no Brasil", os manifestantes levaram para o centro financeiro da capital paulista a cobrança por mais investimentos públicos, defesa dos direitos sociais e enfrentamento dos privilégios dos setores mais ricos.

A mobilização também denunciou a contradição entre a cobrança por cortes nas despesas públicas e os lucros obtidos pelo sistema financeiro com a manutenção de juros elevados. Os estudantes defendem que o Brasil precisa ampliar os investimentos em educação, saúde e desenvolvimento, em vez de restringir os recursos destinados às necessidades da população.

Os estudantes questionam que os interesses do mercado financeiro tenham prioridade sobre as demandas da população e defendem que o orçamento público seja utilizado para garantir direitos e impulsionar o desenvolvimento nacional. Ao longo do ato, as lideranças estudantis leram um manifesto em defesa do desenvolvimento nacional:

"Estamos aqui na Faria Lima em defesa do programa representado por Lula, eleito nas urnas. Estamos no coração do mercado financeiro. Na frente de quem acha que pode decidir os rumos do Brasil, de quem perdeu nas urnas, mas quer continuar mandando no país!", diz trecho do texto.

"Querem impor o ajuste fiscal, querem colocar os interesses do mercado acima dos interesses do povo brasileiro. Querem limitar investimentos públicos, enquanto seguem lucrando bilhões, com os juros da dívida pública. Mas o Brasil não é propriedade dos banqueiros e o nosso futuro não está à venda!", denunciaram os estudantes.

"Quem manda no Brasil é o povo brasileiro. Foi o povo que elegeu Lula. Foi o povo que escolheu!", conclamaram.

ENFRENTAR A PRESSÃO DO MERCADO

A presidente da UNE, Bianca Borges, afirmou que a mobilização não representa uma contradição com o apoio à reeleição de Lula, mas uma forma de defender nas ruas o projeto escolhido pela população. Segundo ela, é necessário enfrentar a pressão do mercado e alterar os pontos do ajuste que restringem os investimentos públicos, além de retirar a educação das regras de contenção de despesas.

A presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), Luna Martins, destacou que os estudantes foram às ruas para rejeitar o ajuste fiscal e cobrar mais investimentos em educação e saúde.

"Hoje os estudantes foram às ruas com uma palavra de ordem clara: 'Não ao ajuste fiscal que penalize os brasileiros, menos juros e mais investimento na educação'. A gente está aqui hoje na mobilização para colocar os estudantes que reelegeram o governo Lula, agora querem construir um Brasil com investimento na saúde e na educação, e o ajuste é um entrave claro para eles", afirmou.

Luna ressaltou que não é aceitável limitar os recursos destinados às políticas sociais enquanto o sistema financeiro continua se beneficiando dos juros elevados. "A educação, a saúde não podem ter uma limitação de investimento enquanto os juros continuam sugando o dinheiro do povo brasileiro", declarou.

O diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Ryan Alex, também criticou a tentativa do mercado financeiro de impor sua agenda econômica ao país, contrariando o resultado das eleições presidenciais.

"Derrotamos nas urnas esse projeto representado por Flávio Bolsonaro e elegemos Lula para construir outro caminho para o Brasil. Mas, mesmo diante da vontade popular expressa nas urnas, o mercado financeiro insiste em agir como se pudesse governar o país e impor seus interesses à população", afirmou.

Ryan defendeu a continuidade das mobilizações em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que enfrente os privilégios dos mais ricos e garanta melhores condições de vida à população.

"O Brasil não cabe no quintal de ninguém! Seguiremos nas ruas em defesa da democracia, da soberania nacional e de um projeto de desenvolvimento que taxe as grandes fortunas, enfrente os juros abusivos, garanta investimento pra saúde, pra educação e uma vida digna para cada brasileiro", concluiu.

NCST



Nova Central: "Brasil precisa de uma política econômica que estimule o desenvolvimento"

Publicamos a seguir artigo de Sônia Zerino, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST):

A Nova Central Sindical de Trabalhadores entende que a responsabilidade fiscal deve estar associada à responsabilidade social. O equilíbrio das contas públicas não pode ser alcançado por meio da retirada de direitos dos trabalhadores, da redução dos investimentos públicos ou do enfraquecimento das políticas sociais.

Defendemos um modelo de ajuste fiscal que enfrente os privilégios tributários, promova a justiça fiscal, cobre maior contribuição daqueles que concentram renda e patrimônio e reduza o peso dos tributos sobre os trabalhadores.

O Brasil precisa de uma política econômica que estimule o desenvolvimento nacional, fortaleça a indústria, gere empregos de qualidade, valorize os salários e assegure recursos para saúde, educação, previdência e assistência social.

A conta do ajuste fiscal não pode ser transferida para as costas dos trabalhadores. O desenvolvimento econômico precisa caminhar junto com a justiça social e a valorização do trabalho.

A posição defendida pela NCST é que o equilíbrio das contas públicas é importante, mas não pode ser transformado em justificativa para retirar direitos, reduzir salários, precarizar os serviços públicos ou penalizar os trabalhadores.

O ajuste fiscal deve servir à sociedade, e não a sociedade ser sacrificada em nome do ajuste fiscal.

Sônia Zerino
Presidente da NCST



Reclamações contra a Sabesp disparam 229% após privatização

A privatização da Sabesp, realizada em 2024 pelo governo de Tarcísio de Freitas, foi seguida por um expressivo aumento nas reclamações dos consumidores. Dados do Procon, divulgados em levantamento publicado pela Folha de S.Paulo, no último dia 12, mostram que as queixas contra a empresa saltaram 229%, passando de 8.974 registros em 2023 para 29.565 até 11 de novembro de 2026.

Com o crescimento, a Sabesp ocupa agora a terceira posição entre as empresas mais reclamadas no Procon paulista, atrás apenas das operadoras Claro e Telefônica.

Entre as principais reclamações estão os casos de cobranças indevidas, que passaram de 2.833, em 2023, para 12.453 em 2026, uma alta de aproximadamente 340%. Mais de 40% das queixas registradas neste ano estão relacionadas a cobranças contestadas pelos consumidores.

Os relatos incluem contas muito acima do histórico de consumo das famílias. Há casos de moradores que receberam faturas superiores a R$ 1 mil, apesar de normalmente pagarem valores inferiores a R$ 200.

Para o Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo), os números expõem os efeitos da privatização e contradizem a promessa de eficiência apresentada pelo governo estadual.

"Tarcísio vendeu a Sabesp prometendo eficiência. A realidade? Reclamações dispararam 229% e cobranças indevidas quadruplicaram!

A população ganhou contas abusivas, dificuldades e desrespeito. O patrimônio foi vendido, mas a conta ficou para o povo pagar! Água é direito, não mercadoria!", afirma o sindicato.

Para o Sintaema, o aumento das reclamações acende um alerta sobre os impactos da privatização na vida da população e reforça a necessidade de defender o saneamento público, o acesso à água e os direitos dos trabalhadores e consumidores.

CNS alerta para impacto do ajuste fiscal no financiamento da Saúde

Fernando Frazão/Agência Brasil



"Alteração na metodologia de cálculo do piso que resulte em redução do financiamento do SUS afronta a norma constitucional", afirma

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) divulgou uma nota pública manifestando preocupação com as graves consequências das medidas de ajuste fiscal contidas no Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026 para a saúde e a vida da população brasileira.

O texto-base do projeto, de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), foi aprovado no plenário do Senado, no último dia 12, e agora segue para apreciação pela Câmara dos Deputados.

Entre as medidas previstas no texto está a exclusão das receitas do imposto sobre a exportação de petróleo bruto do cálculo do piso constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) até 2030, o que "pode representar redução nos investimentos mínimos obrigatórios com saúde da ordem de R$ 10 bilhões já em 2027, além de conter o crescimento real das despesas públicas".

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", afirma a entidade, ressaltando que esse é um direito "fundamental social" estabelecido pela Constituição Federal.

"Qualquer alteração na metodologia de cálculo do piso da saúde que resulte em redução do financiamento do SUS afronta a norma constitucional", enfatiza o Conselho.

A entidade alerta que o ajuste fiscal promovido por meio da diminuição de gastos e investimentos sociais – em especial na área da saúde – "foi rechaçado nas últimas eleições presidenciais".

"O sentimento popular expresso nas urnas foi claro quanto à prioridade do social e do SUS. Parlamentares e o governo eleito devem convergir com esse sentimento, e não com a lógica que trata o direito à saúde como despesa a ser contida".

Segundo o CNS, "o Controle Social do SUS tem, em sua trajetória histórica, a defesa intransigente do Piso Constitucional da Saúde inscrito em nossa Carta Magna". A entidade enfatiza que "esse piso não é uma formalidade orçamentária: é a garantia material do direito à saúde, conquistada pela mobilização social e pela luta do movimento sanitário brasileiro". "Sua flexibilização, ainda que sob o argumento da responsabilidade fiscal, significa menos recursos para a atenção básica, para a vigilância em saúde, para a assistência hospitalar, assistência farmacêutica e para o trabalho dos profissionais que sustentam o Sistema Único de Saúde no cotidiano de milhões de brasileiros", ressalta a nota.

Por fim, o Conselho Nacional de Saúde reafirma seu compromisso com a defesa "do SUS público, universal, integral, equânime e de qualidade" e conclama "a sociedade brasileira, os movimentos sociais, os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, gestores e os/as parlamentares comprometidos com a democracia a se somarem na defesa do piso constitucional da saúde e da não flexibilização de direitos sociais".

Divulgação



Centrais defendem no STF ajustes na transição para o fim da escala 6×1

As centrais sindicais CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB, e Nova Central apresentaram documentos jurídicos (memoriais) ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que alguns pontos da decisão do ministro Flávio Dino, na semana passada, sobre a redução da jornada de trabalho e a adoção da escala 5×2, sejam revistos.

No documento, as centrais reconhecem os avanços mantidos pela decisão de Flávio Dino, mas apontam problemas em algumas regras estabelecidas pelo ministro, que consideram prejudiciais aos trabalhadores. O principal questionamento é sobre a autorização para que empresas distribuam as 42 horas em cinco dias com jornadas de até 8 horas e 24 minutos, sem pagar hora extra pelos 24 minutos excedentes, caso não haja acordo coletivo até 15 de dezembro. As entidades defendem que a negociação coletiva seja respeitada e que as novas regras não abram espaço para as empresas imporem horários ou ampliarem a compensação de folgas sem limites.

As entidades citam a Emenda Constitucional nº 141 que prevê que essa ampliação da jornada diária seja definida por acordo entre sindicatos de trabalhadores e empresas.

Como a decisão do ministro estabeleceu que, se não houver acordo até 15 de dezembro de 2026, o empregador poderá adotar unilateralmente a jornada de até 8h24 por dia, durante a fase de transição, as centrais alegam que "essa possibilidade enfraquece a negociação coletiva, porque permite que a empresa decida sozinha como distribuir as horas de trabalho, sem precisar chegar a um entendimento com o sindicato".

Outra preocupação levantada pelas centrais é sobre a flexibilização da compensação de folgas na decisão de Dino, que admite que os sindicatos e as empresas negociem mudanças nesses limites e que os dias de descanso sejam usufruídos posteriormente, desde que preservada a integralidade dos dois repousos semanais remunerados.

As entidades ressaltam que a Emenda Constitucional garante dois dias de repouso semanal remunerado, permitindo excepcionalmente a compensação, desde que o trabalhador tenha pelo menos um dia de descanso a cada semana e, na média, dois dias de repouso dentro do mês-calendário.

"Na prática, isso pode abrir espaço para que trabalhadores passem longos períodos trabalhando antes de conseguir aproveitar as folgas acumuladas", afirmam as centrais.

As entidades alertam que essa interpretação pode atingir trabalhadores do comércio, turismo, agricultura e serviços, setores em que a demanda por mão de obra varia conforme a época do ano. "No comércio, por exemplo, o aumento das vendas em dezembro poderia ser usado como justificativa para negociar períodos prolongados de trabalho, com folgas concedidas somente depois", afirmam.

Os documentos também questionam a abertura de um prazo de 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para que sindicatos e empresas revisem contrapartidas relacionadas a cláusulas de acordos e convenções coletivas que perderão a validade com a entrada em vigor da nova jornada. Segundo as centrais, esse prazo adicional não está previsto na Emenda e deve ser afastado.

As entidades temem que empresas usem esse período para pressionar trabalhadores a abrir mão de benefícios como adicionais, folgas extras, abonos e participação nos lucros e resultados (PLR), como forma de compensar a redução da jornada.

Embora sobre esse ponto elas destaquem que a decisão do ministro estabelece uma proteção importante: se não houver novo acordo, as cláusulas incompatíveis com a Emenda deixam de valer, mas as demais continuam em vigor até o fim do instrumento coletivo. As contrapartidas também não podem ser retiradas ou modificadas unilateralmente pelo empregador.

As centrais ressaltam que "a redução da jornada é um direito garantido pela Constituição e não uma concessão da empresa. Por isso, não pode ser usada como justificativa para retirar benefícios já conquistados pelos trabalhadores".

PL 299 pode restringir investimentos em educação pública, alerta CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) manifestou preocupação com o Projeto de Lei (PL) 299/2026 que, entre outras medidas, altera as regras do Arcabouço Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023. Em nota divulgada na quinta-feira (12), a entidade afirma que as alterações podem restringir o crescimento dos investimentos públicos e pressionar o financiamento de políticas essenciais, especialmente nas áreas de educação e saúde.

No manifesto "PL 299/2026: Estabilidade e crescimento socioeconômico, sim. Ajuste fiscal, não", a entidade critica a proposta de reduzir de 2,5% para 2% o limite de crescimento real das despesas da União ao ano. Para a CNTE, a mudança pode comprometer a capacidade do Estado de ampliar os investimentos em serviços públicos, sobretudo se a arrecadação tributária não acompanhar as novas restrições fiscais.

Conforme a entidade, "embora os pisos constitucionais da educação e da saúde estejam preservados, neste momento, os novos limites fiscais pressionarão suas receitas e despesas, além do financiamento do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar – ainda pendente de aprovação pelo Congresso – que tem seus recursos oriundos do Fundo Social do Pré-sal, passível de contingenciamento".

Ao destacar a educação e a saúde como áreas essenciais e que devem ser protegidas de qualquer medida de ajuste fiscal, a entidade reivindica a preservação dos recursos destinados a esses setores, sem alterações nas respectivas bases de cálculo, "sobretudo os recursos adicionais para custear Plano Nacional de Educação 2026/2036".

A CNTE reitera, ainda, a necessidade de avançar na tributação dos super-ricos, na revisão da tabela do Imposto de Renda e nas alíquotas de impostos patrimoniais, proporcionando maior justiça tributária e mais investimentos públicos.

"A classe trabalhadora entende a importância da estabilidade econômica, sobretudo para a preservação do poder de compra dos salários. Contudo, a maioria da população necessita de políticas públicas de qualidade para avançar no processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, pauta central da campanha eleitoral que reelegeu o Presidente Lula para seu 4º mandato, ao lado da defesa da democracia e da soberania nacionais. E limites fiscais (teto de gastos) são incompatíveis com as demandas prementes da sociedade.", afirma.

HP — CHARGE DO ÉTON



HP 18 A 24 DE NOVEMBRO DE 2026

Milei joga Argentina na recessão e sua aprovação despenca para 36%



Manifestantes protestam nas ruas de Teruel contra o aumento abusivo dos aluguéis: "a moradia não é um negócio" (Antonio Garcia/Bikofoto)

Força da greve faz Parlamento da Espanha aprovar suspensão dos despejos e especulação

A crise habitacional na Espanha provocou uma mobilização histórica de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais. Na última quarta-feira (11), o país realizou sua primeira greve geral em 14 anos, com gigantescas manifestações em inúmeras cidades para exigir medidas contra o aumento dos aluguéis, os despejos e a especulação imobiliária dos fundos abutres. O protesto tomou as praças e ruas, colocando a moradia no centro do debate político espanhol e pressionando o governo a adotar medidas de proteção aos inquilinos e de controle do mercado imobiliário.

Com o apoio das duas principais centrais sindicais do país, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e as Comissões Operárias (CCOO), além de associações de inquilinos e organizações populares, os manifestantes reivindicaram aluguéis mais baratos, ampliação da oferta de moradias públicas, proteção contra a desocupação forçada e restrições aos apartamentos destinados exclusivamente ao turismo. A principal bandeira do movimento foi a defesa da moradia como um direito social, e não como mera mercadoria para gerar lucro.

A insatisfação da população está relacionada à forte elevação dos preços dos imóveis e dos aluguéis nos últimos anos. Para muitos trabalhadores e jovens espanhóis, encontrar uma moradia tornou-se cada vez mais difícil, mesmo quando possuem emprego e renda. Segundo a Reuters, o aluguel médio no país chegou a aproximadamente 1.176 euros mensais (7.345 reais), valor que representa uma parcela muito elevada do salário. O problema é ainda mais grave nas grandes cidades, como Madri e Barcelona, onde a procura por imóveis, o turismo e os investimentos imobiliários pressionam os preços.

EXPULSÃO E MORTE DE MARIA DEL CARMEN, DE 87 ANOS, PROVOCOU TSUNAMI DE PROTESTOS

Um dos episódios que aumentaram a indignação popular foi o despejo da senhora Maria del Carmen Abascal, de 87 anos, que morava há mais de 70 anos em um apartamento de 92 m² no bairro de Retiro, em Madri. A expulsão da idosa de sua residência, seguida de sua morte, desencadeou um tsunami de protestos e ampliou as críticas à falta de proteção às pessoas vulneráveis diante da ganância do mercado imobiliário. O caso tornou-se símbolo da luta pelo direito à moradia e contribuiu para fortalecer a consciência e a mobilização nacional.

Leia matéria completa no site



Índice de reprovação de Milei dispara para 56% junto com o aumento da pobreza no país e cortes nos investimentos públicos (Redes Sociais)

Após baixar 0,6% entre abril e junho, PIB recua e projeta um novo tombo de cerca de 1,5%

A economia argentina chega ao final do ano com a recessão em agravamento, queda no consumo, fechamento de empresas e aumento da pobreza. O PIB recuou 0,6% entre abril e junho, e a consultoria Analytica projeta nova queda, de cerca de 1,5%, no trimestre de julho a setembro, configurando uma "recessão técnica".

As medidas adotadas por Milei incluem cortes nos investimentos públicos, redução de subsídios, enxugamento do Estado, arrocho dos salários e das aposentadorias, privatizações e desnacionalização da economia. Sob o lema da "austeridade", o custo social do ajuste recai sobre trabalhadores, pequenos empresários e famílias de baixa renda.

O cenário representa um desafio para o "menino mimado de Trump", que chegou ao poder em dezembro de 2023, prometendo reorganizar as contas públicas, controlar a inflação e recuperar a economia. Quase três anos depois, o programa neoliberal mostra a que veio: fome e miséria, arrocho salarial, desemprego e piora substancial das condições de vida.

O custo aparece no tecido produtivo. O centro de estudos Fundar contabilizou cerca de 32,3 mil empresas encerradas entre dezembro de 2023 e julho de 2026. A indústria têxtil, desprotegida e escancarada à concorrência dos produtos importados, é um dos setores mais atingidos. O desemprego chegou a 7,9%, e a atividade econômica caiu 2,9% em julho.

O mal-estar chegou também aos lares. A taxa de pobreza atingiu 42,4% no primeiro semestre, segundo os cálculos da Universidade Católica Argentina (UCA), ante os 32,3% medidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). Segundo o mesmo Indec, a taxa havia sido de 28,2% no semestre anterior, o equivalente a 9,7 milhões de pessoas em 31 aglomerados urbanos, enquanto a indigência subiu de 6,3% para 7,5%. Além disso, a inflação voltou a acelerar, com alta de 2,2% em outubro e de 33,1% em 12 meses, corroendo ainda mais o poder de compra.

O reflexo político é direto. Pesquisa da Giacobbe y Asociados mostra que a desaprovação a Milei chegou a 56% em outubro, enquanto apenas 36% aprovam sua gestão. Em contrapartida, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tenta dar sobrevida ao governo ao falar em "avanços no controle inflacionário", embora reconheça vulnerabilidades.

Com as eleições presidenciais previstas para outubro de 2027, a economia ocupa posição central no debate político. Caso o desemprego, a pobreza e a retração do consumo persistam, a insatisfação social poderá pôr fim ao macabro projeto político e econômico.



Repressão de Trump aos imigrantes faz 2026 igualar com o total acumulado durante os três anos fiscais completos de Joe Biden (Mostafa Bassim)

Com Trump, EUA bate recorde de meio milhão de deportados, o maior da história

Os Estados Unidos registraram, em 2026, um número histórico de deportações: 483,2 mil pessoas foram expulsas do país no ano fiscal encerrado em 30 de setembro. O levantamento, divulgado pelo Departamento de Segurança Interna (DHS), aponta o maior total já registrado pelo Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) em seus 23 anos de existência. O resultado evidencia o endurecimento da política migratória de Donald Trump, que fez do "combate à imigração irregular" uma das prioridades de seu governo.

O número representa um aumento de cerca de 9% em relação a 2025, quando foram registradas 442.640 deportações. As expulsões de 2026 praticamente igualaram o total acumulado nos três anos fiscais completos do governo Joe Biden, entre 2022 e 2024, quando o ICE contabilizou cerca de 486 mil. A agência também informou mais de 491 mil prisões relacionadas à imigração no último ano fiscal, outro recorde histórico.

Desde o retorno à Casa Branca, em janeiro de 2025, Trump defende medidas mais rigorosas nas fronteiras e no interior do país. Entre as promessas de campanha estava a maior operação de deportação da história do país. Para cumpri-la, o governo ampliou os recursos do ICE, fortaleceu a capacidade de detenção e intensificou a fiscalização em várias regiões. As ações atingem principalmente imigrantes sem documentação regular, mas também afetaram trabalhadores, estudantes e famílias estabelecidas há anos nos EUA.

ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E APOIO A IMIGRANTES REAGEM A TRUMP

O endurecimento provocou reações de organizações de direitos humanos, entidades de apoio a imigrantes e representantes de comunidades estrangeiras. As críticas envolvem denúncias de separação familiar, dificuldade de acesso à assistência jurídica e questionamentos sobre os procedimentos das operações.

Enquanto o governo alega que as operações visam retirar do país pessoas que representam "risco à segurança pública", as entidades da sociedade civil questionam sobre quantos dos deportados têm antecedentes criminais. Segundo as entidades de direitos humanos, a falta de divulgação detalhada e regular dos dados não só dificulta como impossibilita uma avaliação independente sobre quem está sendo atingido e quais critérios orientam as operações.

Em julho de 2026, apenas um quarto dos deportados tinha condenações criminais, e mais da metade não enfrentava qualquer tipo de acusações, segundo o Deportation Data Project (projeto de dados sobre deportações).

O total de 483,2 mil corresponde às deportações contabilizadas pelo ICE, e não necessariamente a todas as modalidades de saída de estrangeiros do país. Além disso, estudos do Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC), ligado à Universidade de Syracuse, e do Migration Policy Institute adotam metodologias e períodos de análise diferentes.

A intensificação da repressão também implica em graves consequências econômicas e sociais para o próprio país, uma vez que diversos setores dependem da mão de obra imigrante, como agricultura, construção civil, serviços domésticos e hotelaria. A saída desses trabalhadores dificulta contratações, eleva custos e afete a produtividade de várias regiões.

O desrespeito aos direitos fundamentais, à dignidade humana e às garantias legais dos estrangeiros em um país construído por diferentes povos faz com que a imigração siga como um dos temas que melhor expõe a degradação do regime norte-americano.

Delegação de bispos dos EUA visita Cuba em solidariedade ao país e contra o bloqueio

Em visita a Cuba, uma delegação da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos protagonizou neste sábado (14) um importante gesto de solidariedade religiosa e humanitária em meio ao agravamento das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pela população da Ilha. O encontro evidencia a preocupação de setores da Igreja Católica norte-americana com as consequências das medidas de pressão econômica impostas pelo governo Trump e reforça a importância do diálogo e da cooperação entre os dois países.

Recebido pelo presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, em Havana, o grupo foi liderado pelo cardeal Sean Patrick O'Malley, arcebispo de Boston, e contou também com a participação do arcebispo Borys Gudziak, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, além de representantes da área de relações internacionais da instituição e da organização médica Somos Community Care.

Durante a reunião, um dos principais assuntos abordados foi a situação humanitária de Cuba e a assistência que a Igreja Católica vem ajudando a canalizar para a população. A iniciativa fortaleceu laços de aproximação construídos a partir de valores humanitários, religiosos e de compromisso com a dignidade humana.

A visita acontece em um contexto particularmente delicado diante das restrições econômicas – especialmente as medidas relacionadas ao fornecimento de petróleo e combustível – que têm ampliado os desafios enfrentados pela população cubana. Os efeitos dessas medidas repercutem cotidianamente no funcionamento dos serviços públicos, no transporte, na produção e distribuição de alimentos e nas condições de vida das famílias.

Nesse cenário, a atuação da Igreja Católica assume uma dimensão importante. Por meio de suas instituições, especialmente a organização internacional Catholic Relief Services (CRS) e a Cáritas Cuba, são desenvolvidas ações de assistência destinadas às comunidades mais vulneráveis. O programa humanitário em andamento prevê a distribuição de alimentos e produtos de higiene, alcançando centenas de milhares de pessoas.

Leia matéria completa no site

Países árabes condenam ataque de Israel a hospital em Gaza

O ataque de Israel ao hospital Nasser, nesta quinta-feira (dia 12) em Gaza, foi condenado em documento firmado por ministros de Relações Exteriores de 17 países.

A agressão, além de causar destruição devastadora no prédio do hospital, matou profissionais e pacientes.

Segundo a agência de notícias palestina Wafa, no mesmo documento, os países cobram acesso irrestrito e de acordo com as necessidades da população de Gaza ao socorro humanitário.

Os países denunciam que a ofensiva viola o direito internacional humanitário, que protege unidades e profissionais de saúde. Ao mesmo tempo, seguem os ataques a civis e a tendas onde palestinos que tiveram seus lares destruídos buscam abrigo.

A recente chuva forte deixou civis de Gaza em regiões inundadas e a aproximação do inverno deixa os ativistas e órgãos humanitários internacionais apreensivos, pois restrições de Israel a mantimentos e material deixam os de Gaza ainda mais vulneráveis neste período do ano.

A falta de abrigo adequado e a piora dos serviços de água, saneamento e saúde oferecem riscos a civis, afirmam os ministros. Crianças e bebês enfrentarão exposição ao frio extremo.

O documento, assinado por Arábia Saudita, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Argélia, Indonésia, Paquistão, Turquia, Líbano, Djibuti, Sudão, Somália, Omã, Catar, Kuwait, Líbia, Egito e Mauritânia pede ainda que Israel cumpra a Resolução 2803 do Conselho de Segurança da ONU que autoriza a criação de um Conselho de Paz encarregado de apoiar a administração, a recuperação econômica e a reconstrução da Faixa de Gaza.

O governo fascista de Netanyahu age exatamente na direção oposta, incitando tumultos em cidades com populações mistas de árabes e judeus (como aconteceu em Lod), estimulando os chamados colonos judeus em terras assaltadas aos palestinos a atacarem aldeias árabes na Cisjordânia com o intuito de intimidar os judeus israelenses, buscando instaurar o caos no país, para inviabilizar o estabelecimento de um governo formado a partir da vitória da oposição sobre o bando supremacista judeu de Netanyahu-Smotrich-Gvir.

No sábado (7), os indivíduos Mordechai David e Ziv Barnes entraram na cidade de Lod comandando o que ironicamente chamaram de "Marcha da Governabilidade" para circular pelos bairros de maioria árabe gritando palavras de ordem racistas e atirando pedras contra as casas, conseguindo provocar brigas de rua.

Um oficial da Polícia declarou ao jornal Haaretz que "eles vieram para inflamar a atmosfera".

No entanto, o advogado Khaled Azbarga, membro do Comitê Popular de Lod que representa os residentes árabes, acusou a Polícia e o Shin Bet (serviço secreto israelense) de dar cobertura aos provocadores.

"Nos reunimos com a polícia há duas semanas, explicamos o perigo desses incidentes e aonde eles poderiam levar, e fizemos um alerta", disse ele. "Ontem, também, desde o período da manhã, avisamos a polícia de que haveria um evento. Eles nos disseram que o evento havia sido cancelado, mas, às 20h30, grupos de fora de Lod chegaram, juntaram-se a moradores locais e começaram a promover provocações e a gritar palavras de ordem incitadoras".

Já o prefeito de Lod, Yair Revivo, denunciou que "um grupo de jovens vindo de fora da cidade andou pelas ruas de Ramat Eshkol, gritando palavras que causaram revolta entre os residentes".

"Adianto que", acrescentou, "Lod não tem espaço para que grupos de fora venham aqui criar fricção entre moradores, portanto, fora!".

NATHANIEL BRAIA

Leia matéria completa no site

Irã destrói radar militar norte-americano no Bahrein

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã anunciou, neste domingo (15), ter destruído com drones um radar militar dos Estados Unidos no Bahrein, país de mais de 30 ilhas do Golfo Pérsico, situado no centro das principais rotas comerciais.

Segundo o comunicado, seis drones foram lançados contra o sistema, instalado na base de helicópteros de Al-Rifaa, como parte da resposta de Teerã às operações militares norte-americanas contra o território iraniano.

De acordo com a Guarda Revolucionária, o ataque teria atingido uma instalação de radar usada na defesa aérea estadunidense na monarquia. As autoridades do Bahrein disseram que seus sistemas de defesa haviam conseguido interceptar alguns dos drones.

O ataque ocorreu dois dias depois de outro semelhante. Na sexta-feira (13), a Guarda Revolucionária já havia anunciado a destruição de um radar norte-americano de alerta antecipado no Bahrein. Na ocasião, como é de praxe, o Comando Central dos Estados Unidos (Centcom) declarou que dois drones iranianos teriam sido interceptados, sem causar danos materiais nem vítimas.

O governo iraniano justificou a ofensiva como resposta às ações militares dos Estados Unidos contra instalações em seu território, entre elas um ataque a uma estrutura de telecomunicações em Sirik, no sul do país. A Guarda Revolucionária classificou suas operações como retaliação diante do que considera agressões à soberania nacional.

O Bahrein é estratégico nesse conflito por sediar instalações militares norte-americanas de peso, incluindo o comando da Quinta Frota, peça-chave das operações de Washington no Oriente Médio, sobretudo no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz.

ESTREITO DE ORMUZ

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas marítimas do transporte internacional de petróleo e gás natural. Uma interrupção prolongada da navegação pode afetar os mercados energéticos, elevar os custos do transporte e gerar consequências econômicas globais.

A escalada ocorre em meio ao agravamento das divergências entre Washington e Teerã e às dificuldades para um entendimento diplomático capaz de interromper a agressão de Trump, iniciada em 28 de fevereiro com ataques dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Desde então, ela se ampliou para outros territórios da região, envolvendo países aliados das partes.

Bahrein, Arábia Saudita, Catar, Jordânia e Egito condenaram as ações iranianas contra território e instalações militares na região, defendendo a preservação da segurança regional.

A disputa em torno do radar no Bahrein revela não apenas a dimensão militar do confronto, mas também o significado das bases norte-americanas no Oriente Médio. Enquanto Teerã demonstra que suas ações são defensivas, frisando que respondem a investidas ilegais, Washington, Israel e seus aliados tentam propagandear ao mundo que os ataques de quem busca preservar o seu território seriam uma "ameaça à segurança regional".

Apagão bancário nos EUA deixa milhares de clientes sem acesso

AFP



Com 86 milhões de clientes, o JP Morgan é o maior emissor de cartões de crédito do país

Pane nas telecomunicações provoca caos nos aeroportos dos Estados Unidos

Uma falha grave e generalizada nos sistemas de telecomunicações e nos roteadores de rede paralisou o espaço aéreo dos Estados Unidos por cerca de quatro horas nesta sexta-feira (13), gerando um efeito cascata que resultou em milhares de cancelamentos e atrasos em aeroportos de todo o mundo.

A ordem de suspensão nacional das decolagens (ground stop) foi emitida pela Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês) durante a tarde, após o colapso na comunicação atingir simultaneamente os 22 centros regionais responsáveis por orientar as aeronaves em rota pelo território norte-americano.

De acordo com o secretário de Transportes dos EUA, Sean Duffy, a pane comprometeu a infraestrutura crítica de transmissão entre as torres e os centros de controle de tráfego aéreo de rotas, obrigando a agência reguladora a impedir novas partidas por motivos de segurança. Aeronaves que já estavam no ar receberam autorização para pousar normalmente, mas a falta de espaço nos pátios e portões de embarque acabou deixando dezenas de aviões retidos nas pistas de taxiar de grandes terminais, como os aeroportos JFK, em Nova York, e os hubs de Chicago e Denver.

A magnitude da paralisação — a primeira de alcance nacional desde janeiro de 2023 e apenas a segunda desde os atentados de 11 de setembro de 2001 — levantou temores imediatos sobre um possível ataque cibernético ou terrorista. No entanto, o secretário de Segurança Interna, Markwayne Mullin, veio a público na Casa Branca para tranquilizar a população e afastar hipóteses de sabotagem.

"Até o momento, não há indícios de que tenha ocorrido um ataque malicioso contra nós. Não é um novo 11 de setembro; trata-se de uma interrupção nas telecomunicações", declarou Mullin, acrescentando que técnicos e agentes do FBI monitoram o caso e avaliam todas as frentes técnicas, incluindo falhas em sistemas recém-implementados.

A crise expôs a fragilidade tecnológica do sistema de controle aéreo norte-americano. Embora o Congresso dos Estados Unidos tenha aprovado US$ 12,5 bilhões em 2025 para modernizar os equipamentos da FAA, o próprio órgão e a Casa Branca solicitaram nesta sexta-feira um aporte adicional de US$ 30,1 bilhões para corrigir gargalos estruturais. Em tom de alerta, Sean Duffy admitiu que novos episódios semelhantes podem voltar a ocorrer caso a atualização da rede não seja acelerada.

REFLEXOS GLOBAIS

Mesmo após a FAA suspender o bloqueio e autorizar a retomada gradual das decolagens no início da noite, o cenário nos terminais permaneceu caótico. Segundo dados da plataforma de monitoramento FlightRadar24, mais de 4.700 voos foram cancelados e cerca de 10 mil sofreram atrasos ao longo da sexta-feira, com pelo menos outros 700 cancelamentos já contabilizados para este sábado (14). Analistas do setor estimam que as companhias aéreas — cujas ações registraram quedas superiores a 1,5% em Wall Street durante a crise — precisarão de vários dias para reorganizar suas malhas e realocar tripulações.

No Brasil, o reflexo foi imediato. O Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (GRU), recebeu um alerta preventivo das autoridades norte-americanas determinando a retenção em solo de todos os voos com destino aos Estados Unidos durante o período de bloqueio. Passageiros enfrentaram longas filas para remarcação nos balcões das companhias aéreas.

Entidades denunciam esvaziamento do órgão criado após a crise financeira de 2008 para fiscalizar instituições e "proteger os consumidores contra abusos, fraudes e outras práticas discriminatórias"

O apagão bancário que atingiu serviços das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos, na segunda-feira (16), deixou milhares de clientes enfrentando dificuldades para acessar contas, realizar pagamentos e concluir transferências.

O JP Morgab Chase Bank, a maior instituição bancária dos EUA, disse que uma "falha de software" em seus sistemas de hardware "pode ter sido" a causa do problema. Acrescentou que a situação "pode ter impactado" outros bancos e que se trata de algo "temporário", não sistêmico nem relacionado a qualquer "incidente cibernético". "Algumas transações estão levando mais tempo do que o habitual para serem concluídas", disse o banco, garantindo que estava mantido o "acesso às contas e seus recursos".

O banco, uma subsidiária do JP Morgan Chase, atende a mais de 86 milhões de clientes em 5.000 agências por todo o país, além de 7,4 milhões de pequenas empresas, de acordo com seu site. A instituição também é a maior emissora de cartões de crédito nos EUA.

Devido à interconexão do sistema financeiro americano, a "instabilidade aparentemente localizada" do Chase provocou reflexos em operações envolvendo outras instituições de peso como Bank of America, Wells Fargo e U.S. Bank, que igualmente relataram dificuldades, especialmente em operações de transferência.

O caos que passou a se ramificar expôs a vulnerabilidade de uma estrutura financeira cada vez mais dependente da tecnologia, reacendendo o debate sobre a responsabilidade de uma oligarquia cada vez mais faminta e voraz frente a consumidores.

Mais do que um "problema técnico", o episódio acende o alerta para uma questão fundamental: até que ponto os consumidores estão protegidos quando os serviços financeiros essenciais deixam de funcionar? Em uma sociedade na qual salários, compras, pagamentos de contas e transferências dependem de plataformas digitais, a indisponibilidade de sistemas bancários altamente concentrados pode comprometer a vida cotidiana de milhões de pessoas.

"REGRAS DE PROTEÇÃO"

Esse cenário ganha relevância diante das mobilizações de organizações norte-americanas de defesa do consumidor, que têm denunciando práticas predatórias do mercado financeiro e pressionando autoridades pelo cumprimento de regras de proteção. Entidades como a Associação Nacional de Defesa do Consumidor e a Americanos por uma Reforma Financeira têm desenvolvido campanhas e manifestações contra tarifas abusivas, juros excessivos, empréstimos predatórios e propostas que limitam a atuação dos órgãos reguladores.

Um dos principais alvos dessas mobilizações é o enfraquecimento da Agência de Proteção Financeira do Consumidor (CFPB), órgão criado após a crise de 2008 para fiscalizar instituições bancárias e proteger os consumidores contra abusos, fraudes e práticas discriminatórias. Em 2026, organizações de defesa do consumidor criticaram propostas legislativas que pudessem reduzir os poderes de fiscalização e responsabilização da agência. Para as entidades, diminuir a capacidade de atuação do órgão significa deixar famílias e trabalhadores mais vulneráveis diante do poder econômico das grandes instituições financeiras.

A preocupação é especialmente relevante porque os problemas enfrentados pelos consumidores não se limitam às falhas tecnológicas. Tarifas bancárias, cobranças indevidas, juros elevados no cartão de crédito, dificuldades para renegociar dívidas e concessões abusivas de empréstimos fazem parte de uma longa lista de reclamações. Quando, além dessas dificuldades, os clientes também enfrentam interrupções nos serviços, fica mais do que evidente a desproporção entre o poder das instituições financeiras e a capacidade de reação dos usuários.

O apagão bancário, portanto, deve ser entendido como um alerta. Os bancos não podem transferir aos consumidores os prejuízos decorrentes de falhas em sistemas que estão sob seu controle. Da mesma forma, os órgãos reguladores precisam ter autonomia e instrumentos suficientes para fiscalizar o setor e garantir o cumprimento dos direitos dos clientes.

Em relação às falhas registradas nesta segunda, até o final desta edição, a CFPB havia orientado que todos os clientes que tiveram pagamentos atrasados ou contas deixadas no vermelho devido à indisponibilidade do sistema pedissem o reembolso de multas por atraso, taxas de cheque especial e tarifas por insuficiência de fundos. Caso o banco se recusasse a estornar as cobranças provocadas pela instabilidade técnica, o consumidor teria de formalizar uma queixa diretamente no portal da agência — sabotado pelo governo Trump.

Bolsonaro paraguaio pode pegar 15 anos por golpe do Ueno Bank aos cofres públicos

O Paraguai vive uma das maiores crises políticas e financeiras de sua história recente. O colapso do Ueno Bank, que concentrava cerca de US$ 2,8 bilhões em depósitos, dos quais aproximadamente US$ 850 milhões eram recursos públicos, colocou no centro das investigações o ex-presidente Santiago Peña, apontado como o Bolsonaro paraguaio.

A intervenção do Banco Central, em 3 de novembro, deixou milhões de clientes sem acesso às contas. Trabalhadores, aposentados, empresas e órgãos como o Instituto de Previdência Social (IPS) enfrentam a incerteza sobre a recuperação do dinheiro. A pergunta é simples: como o banco chegou à insolvência sem que a fiscalização agisse?

Peña, de 47 anos, governava o país desde 2023 e foi destituído pelo Senado na sexta-feira (6), após ser considerado culpado de "mau desempenho de funções". No sábado (7), o Ministério Público o acusou de lesão de confiança, como instigador, e de administração em proveito próprio, como autor.

A promotora de justiça Verónica Valdez explicou que "a pena máxima que poderia ser aplicada, conforme as tipificações atualmente previstas, é de até 15 anos de pena privativa de liberdade em regime de concurso de crimes, visto que se trata de mais de um fato punível". O juiz Humberto Otazú decretou a prisão preventiva, e Peña permanece em uma unidade militar em Assunção.

Segundo a Promotoria, Peña teria interferido na colocação, renovação e permanência de grandes somas de entidades públicas e previdenciárias no banco, apesar de manter vínculo econômico com o Ueno Holding, grupo dono da instituição: tinha 1,58% das ações, um certificado de depósito e um título de empresa do conglomerado. Vendeu a participação em março de 2025, já no poder. Dinheiro de aposentadorias e de órgãos públicos que no caso do mandatário do Partido Colorado mandou às favas a transparência, a prudência e a fiscalização.

Leia mais no site do HP

Mississippi inflige forte derrota a Trump ao eleger seu primeiro senador democrata depois de 44 anos

A vitória do democrata Scott Colom na eleição para o Senado dos Estados Unidos pelo Mississippi representa muito mais do que uma mudança na representação política de um dos estados mais conservadores do país. Ao derrotar a republicana Cindy Hyde-Smith, apoiada pelo presidente Donald Trump, Colom protagonizou uma reviravolta histórica: tornou-se o primeiro senador negro eleito pelo estado desde a Reconstrução, no século XIX, e o primeiro democrata eleito para o Senado pelo Mississippi desde 1982. O resultado constitui também um duro golpe político para Trump e seu Partido Republicano.

A importância da conquista cresce diante da história do Mississippi. Localizado no sul dos EUA, o estado foi um dos principais centros da escravidão, da segregação racial e da violência contra a população negra. Durante décadas, tornou-se símbolo das imensas desigualdades que marcaram a sociedade americana, especialmente no período das leis segregacionistas conhecidas como Jim Crow – do final da Reconstrução (por volta de 1877) até meados da década de 1960 – e na luta pelos direitos civis, intensificada nas décadas de 1950 e 1960.

Foi nesse território, onde a perseguição e o racismo institucional deixaram marcas profundas, que Scott Colom conquistou uma das posições mais importantes da política nacional. Sua eleição retoma uma trajetória interrompida há quase um século e meio. Os últimos senadores negros eleitos pelo Mississippi foram Hiram Rhodes Revels e Blanche Kelso Bruce, ambos durante a Reconstrução, período posterior à Guerra Civil. Bruce, que nasceu escravizado, exerceu mandato entre 1875 e 1881.

A vitória de Colom é, portanto, mais do que uma conquista individual: tem forte significado simbólico para milhões de norte-americanos negros, que historicamente enfrentaram obstáculos para superar a desigualdade e participar das instituições políticas do país.

O resultado surpreendeu especialmente porque o Mississippi é considerado um dos redutos mais sólidos da máquina racista do Partido Republicano. Em 2024, Trump venceu no estado por cerca de 23 pontos percentuais, e a expectativa inicial era de que Hyde-Smith mantivesse sua cadeira sem maiores dificuldades.

Entretanto, a eleição de 2026 revelou um cenário completamente diferente. O descontentamento com a administração Trump, as dificuldades econômicas e o aumento do custo de vida contribuíram para mudar o comportamento de parte do eleitorado.

CAMPANHA DE COLOM

A campanha de Colom enfrentou essas insatisfações. Em vez de limitar o discurso à questão racial ou à oposição ideológica ao presidente, o democrata concentrou as propostas nos problemas do dia a dia: preços abusivos dos alimentos, alta dos combustíveis, baixa renda familiar e precariedade do acesso aos serviços públicos.

Um dos episódios mais marcantes envolveu a adversária e o aumento do preço da carne bovina. Questionada sobre a dificuldade dos consumidores, Hyde-Smith afirmou que havia outras fontes de proteína disponíveis. Colom transformou a resposta em uma frase de grande repercussão, sugerindo que os eleitores deveriam escolher outro senador, em vez de simplesmente trocar a carne por outro alimento. Assim, converteu uma discussão simples sobre alimentação em uma crítica mais ampla à capacidade dos republicanos de compreender os problemas da população.

Outro aspecto importante foi sua disposição de conversar diretamente com eleitores republicanos.[...]

Leia mais no site do HP

Redes sociais



Depois da confusão nos aeroportos, a pane dos bancos

André Lara Resende: “Reduzir os juros é a única saída”

HP ESPECIAL

O economista André Lara Resende teve o mérito, com seu recente artigo “Eu acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos”, de quebrar a ditadura do pensamento único imposto pelo mercado financeiro e trazer ao debate a necessidade urgente de redução dos juris da dívida pública.

Agora, ele reafirma, em seu novo artigo “Uma nota sobre a proposta de meta para os juros”, a urgência de se adotar a decisão de reduzir os juros que, segundo ele, estão concentrando renda e estrangulando as finanças públicas, as empresas e as famílias. Resende responde também às críticas feitas tanto pela direita quanto pela esquerda a sua proposta de redução dos juros.

O autor contesta a afirmação feita pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, de que quem determina as taxas de juros são os emprestadores. Resende comprova com dados que é a Selic, determinada pelo Banco Central, que baliza as taxas de juros de longo prazo. O economista aponta que somente com essa decisão, o país poderá fugir da armadilha da baixa produtividade. Confira o artigo na íntegra!



André Lara Resende (Foto: Unicamp)

Uma nota sobre a proposta de meta para os juros

ANDRÉ LARA RESENDE

No final de setembro, aqui mesmo no Substack [plataforma online do autor], publiquei uma proposta para escapar da armadilha dos juros extraordinariamente altos que afligem o Brasil. Um mês depois, com Luiz Orenstein e José Pio Borges, na sede do Cebri, no Rio de Janeiro, discutimos a proposta para uma plateia formada por juristas, diplomatas, homens públicos, economistas e gestores financeiros. O vídeo da conversa, Juros do Banco Central: falsa racionalidade?, também está disponível no meu Substack. A repercussão alcançada pela proposta não deixa dúvida: tocou num nervo exposto do país.

OS FATOS

O Estado brasileiro tributa muito e gasta mal. Também tributa mal e gasta muito. Há uma longa e urgente agenda de racionalização fiscal a ser discutida e implementada no país, sem a qual é impossível escapar do atoleiro da baixa produtividade e do baixo crescimento. Mesmo depois de vencer a hiperinflação do início dos anos 1990, há mais de três décadas, crescemos muito abaixo do nosso potencial. Embora indissociável da questão dos juros, esse não foi o foco da proposta, por isso não me alonguei no tema.

Parto da observação de que o motor do crescimento da dívida pública é o serviço da dívida, não porque a dívida seja excepcionalmente alta, mas porque o seu custo, os juros, estes sim, são extraordinariamente altos. Excluído o serviço da dívida, o déficit fiscal brasileiro é relativamente pequeno. Em 2025, o déficit primário foi inferior ao de cerca de dois terços dos países acompanhados pelo FMI, bem abaixo da média dos emergentes (3,9% do PIB) e das economias avançadas (2,5% do PIB). É o déficit nominal, o que soma as despesas com o serviço da dívida ao déficit primário, que é muito alto. Não vou repetir os números, que estão no texto da proposta, mas o resultado é que, se nada for feito, o crescimento da relação dívida/PIB é insustentável.

Para interromper a trajetória ascendente da relação dívida/PIB é preciso reduzir o crescimento da dívida e aumentar o crescimento do PIB. Uma afirmação que deveria ser o óbvio, mas o óbvio costuma não ser evidente. A alta taxa de juros reduz o crescimento do PIB e acelera o crescimento da dívida. Ou seja, agrava pelos dois lados — o da dívida e o do PIB — o problema da trajetória insustentável da relação dívida/PIB.

É imperativo acelerar o crescimento da economia e reduzir o aumento da dívida. Para crescer mais é necessário investir mais, mas com juros extraordinariamente altos, o setor privado não investe. O aumento significativo do investimento público, ao menos num primeiro momento, agravaria o déficit fiscal e a evolução da dívida. Inviável, portanto. Fazer cortes nos gastos públicos para conseguir um superávit primário expressivo, ao estilo do que fez o governo Milei na Argentina, reduziria efetivamente o crescimento da dívida, mas provocaria também uma recessão, que comprometeria o crescimento da renda. Além de ser uma opção economicamente questionável, confrontaria a decisão das urnas, que acabam de derrotar o candidato que defendeu essa agenda.

A ÚNICA SAÍDA

Reduzir os juros é a única saída. Foi o que propus: um programa de coordenação entre as políticas fiscal e monetária, que são indissociáveis, para levar a taxa básica de juros a um nível que garanta a estabilização da dívida em relação ao PIB. Se a taxa de juros da dívida for inferior ao crescimento do PIB, com o déficit primário contido, a relação dívida/PIB se estabilizará.

O Banco Central anunciaria uma meta para a taxa Selic, definida pelo intervalo entre a inflação, o piso, e o crescimento nominal da renda, o teto do intervalo. O piso evita os juros reais negativos da repressão financeira; o teto garante que a relação dívida/PIB se estabilize. Só em condições extraordinárias, justificadas em carta aberta, a taxa básica ficaria fora desse intervalo.

O intervalo final seria um objetivo a ser atingido num prazo a ser determinado pelas circunstâncias. Como sugestão, mera sugestão inicial, proponho que o prazo para atingir o intervalo meta seja algo entre dois e quatro anos. É evidente que não se trata de tabelamento de juros, uma expressão que tem conotações pejorativas, dadas as fracassadas experiências de tabelamento de todo tipo de preços. É uma meta, um intervalo indicativo, cujo propósito é balizar as expectativas, com a indicação do caminho a ser seguido para garantir a sustentabilidade fiscal. É uma política de “forward guidance”, como já fazem os bancos centrais desde o início deste século, com a novidade de explicitar a coordenação das políticas fiscal e monetária. Ao atingir o intervalo objetivo final dos juros, ainda que acrescido de um pequeno prêmio de risco, desde que o déficit primário não fugisse do controle, estaria garantida a sustentabilidade da dívida.

RISCOS INSTITUCIONAL E CAMBIAL

A proposta não está isenta de riscos. Há o risco de falta de credibilidade institucional. As instituições brasileiras, especialmente o Judiciário e o Legislativo, estão desacreditadas. A baixa credibilidade das instituições precisa ser revertida o quanto antes, e não há saída fácil para isso. Mas juros que tornam a trajetória da dívida pública explosiva, inviabilizam o investimento, asfixiam as empresas e as famílias, só agravam o quadro de inconformidade e descrédito. Uma política coerente, de concomitante redução dos juros e de racionalização fiscal, facilitaria a aprovação de reformas institucionais. A falta de credibilidade é causa e consequência da combinação perversa de juros altos e elevada carga tributária, que ameaça paralisar o país.

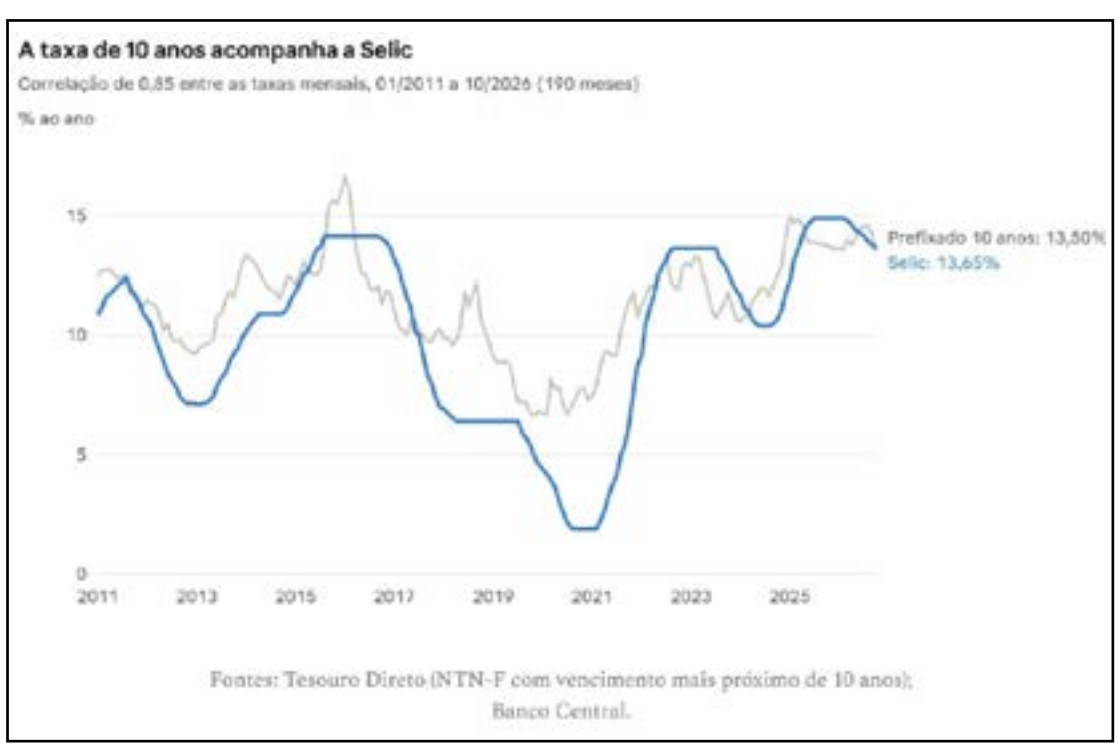
O risco de desvalorização cambial, com implicações perversas para o controle da inflação, foi o ponto mais frequentemente levantado contra a proposta. Os críticos sustentam que, ao se anunciar a redução dos juros, ainda que lenta e gradual, em direção a um intervalo que garanta a convergência da relação dívida/PIB, haveria risco de fuga de capitais e pressão sobre a taxa de câmbio.

Examinemos o argumento. A sustentabilidade fiscal está no âmago da confiança. Com a atual trajetória insustentável da dívida, por mais alta que seja a remuneração dos títulos públicos, em algum momento a confiança irá desaparecer. Como em toda crise financeira, o processo é inicialmente lento, depois explosivo. É neste momento de pânico que fica impossível evitar a fuga de capitais e sustentar o câmbio. Não me parece que estejamos perto do fim, mas melhor não pagar para ver. Por isso é hora de coordenar a redução dos juros, em direção a um intervalo que garanta a sustentabilidade fiscal, quando as condições ainda são favoráveis. Praticamente não temos dívida pública externa. Temos reservas cambiais expressivas. Além disso, os dólares de exportadores mantidos no exterior, que poderiam ser internalizados por simples revisão das normas do Conselho Monetário Nacional, elevam esse colchão para mais de US$ 400 bilhões. Foi por decisão regulatória, para evitar o custo de carregar reservas ainda maiores, que esses recursos ficaram fora do país. Há mais de uma década temos também um sólido superávit comercial. Nossa moeda não está, por nenhum critério, sobrevalorizada.

Temos toda condição de anunciar, em conjunto com a meta para os juros, até que ela seja atingida, uma política de suavização da flutuação cambial. Não se trata de defender uma paridade insustentável, um câmbio artificialmente sobrevalorizado. A história demonstra a futilidade desse tipo de política. O objetivo seria balizar e suavizar a flutuação da taxa de câmbio, em torno da meta de inflação, para reduzir o risco de pressão inflacionária vinda do câmbio. A combinação de metas anunciadas, forward guidance, para os juros e o câmbio, não é uma intervenção espúria no mercado, mas uma forma de coordenar expectativas em direção à sustentabilidade fiscal e monetária. Ao balizar a desvalorização do real pela meta de inflação, reduz-se a volatilidade do câmbio e o “carry-trade” — a arbitragem entre o juro interno e o internacional — se torna menos arriscado e mais atraente.

A Argentina, do governo hiperliberal de Milei, faz exatamente isso, há dois anos, em condições muito mais adversas. Não tem as reservas de que dispomos, a desvalorização do peso tem sido sistematicamente inferior à inflação corrente e a sua moeda está sobrevalorizada. Exceto por um episódio de forte pressão sobre o peso nos meses que antecederam as eleições legislativas de outubro de 2025, contido com venda de reservas e o apoio do Tesouro americano, não houve corrida contra o peso argentino; ao contrário, o mercado financeiro e a grande maioria de seus analistas aplaudem a política econômica de Milei. Tanto para ancorar as expectativas quanto para aumentar o crescimento potencial da economia, seria oportuno simultaneamente dar início a um programa de desregulamentação e desburocratização, de simplificação regulatória e legislativa, ao estilo do que está em curso na Argentina, capitaneado por Federico Sturzenegger.





O BANCO CENTRAL PAUTA A CURVA

Outra objeção frequente à proposta é a de que o Banco Central controla apenas a taxa de um dia, a Selic, enquanto as taxas para os prazos mais longos, que são as que importam para o custo da dívida, seriam determinadas pelo mercado. Se o BC reduzisse “artificialmente” a taxa básica, as expectativas de inflação seriam desancoradas, “a curva” empinaria e os juros longos subiriam. O tiro sairia pela culatra: a tentativa de reduzir os juros terminaria por elevar o custo da dívida.

Os fatos não confirmam essa tese. Os dados do próprio Tesouro Nacional, no Relatório Mensal da Dívida, mostram que, entre 2011 e 2022, o custo médio das novas emissões e do estoque da dívida pública acompanhou de perto a trajetória da Selic. Correlação não significa causalidade, mas neste caso não há dúvida sobre a direção: a Selic é o instrumento do BC, e o custo médio da dívida, que reflete as taxas para os diferentes prazos dos títulos, é a consequência.

Mesmo quando a redução da taxa básica foi vista pelo mercado como artificial, como entre agosto de 2011 e outubro de 2012, quando o BC reduziu a Selic de 12,5% para 7,25%, o custo médio das emissões acompanhou a queda. As taxas curtas caíram mais do que as longas, a curva ficou mais inclinada, mas na média as taxas e o custo da dívida caíram com a taxa básica. No longo ciclo de baixa iniciado no final de 2016, desta vez com a concordância do mercado, o custo das novas emissões caiu de mais de 14% para menos de 5% ao ano. Com a alta da Selic a partir do início de 2021, voltou a superar 12% ao ano no final de 2022.

Os dados mais recentes confirmam o padrão. Entre dezembro de 2011 e setembro de 2026, o custo médio das emissões em oferta pública da dívida interna, acumulado em 12 meses, teve correlação de 0,95 com a Selic acumulada no mesmo período (ver gráfico 1).

O mesmo vale para a ponta longa da curva. Entre janeiro de 2011 e outubro de 2026, a taxa do título prefixado de dez anos do Tesouro acompanhou a trajetória da Selic, com correlação de 0,85 entre as taxas mensais. No ciclo de alta iniciado em 2021, que levou a Selic de 1,9% para 14,9% ao ano, a taxa de dez anos subiu de 7,5% para perto de 15% (ver gráfico 2).

Leia matéria completa no site

Artigo publicado originalmente no Substack do autor